Volume Único

NUP 64044.007222/2023-24

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(BATALHÃO SIMÓN BOLÍVAR)

Seção de Aquisição, Licitação e Contratos – SALC

ASSUNTO: Pregão Eletrônico para contratação de empresa especializada para eventual aquisição de **bomba submersa,** quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento para atender as necessidades das obras relativas ao qual o 6º Batalhão de Engenharia de Construção está encarregado.

INTERESSADO: 6º Batalhão de Engenharia de Construção.

Pregão Eletrônico
PE 39/2023

Boa Vista RR - 2023

PREGÃO ELETRÔNICO
39/2023

CONTRATANTE (UASG)
160353

OBJETO
Aquisição de bomba submersa

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 393.257,20

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia **27/12/2023** às **09:00h (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço

MODO DE DISPUTA:
Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO

Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO 3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES . 8
6. DA FASE DE JULGAMENTO 12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO 15
8. DOS RECURSOS 17
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 19
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 21
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 22

Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(Batalhão Simón Bolívar)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2023

(Processo Administrativo n° 64044.007222/2023-24)

Torna-se público que o 6º Batalhão de Engenharia de Construção, por meio da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos, sediada à Avenida Capitão Ene Garcez, 1037, Mecejana, Boa Vista, Roraima, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de **bomba submersa** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. ***A presente licitação se enquadra como Sistema de Registro de Preço, sendo justificado nos termos do Art. 3º, I e V do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, pois pela característica do objeto, são necessárias contratações frequentes, no entanto, não sendo possível definir previamente os quantitativos.***

1.4. ***O art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que, independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado. Sendo assim, o índice de reajuste que deverá ser utilizado é o IPCA.***

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2.2. Conforme a possibilidade de deliberação do órgão gerenciador instituída através do art. 7º, XI da Lei 14,133/21, **não será permitida futuras adesões** para a presente licitação.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo

Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. ***Não haverá participação*** *exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

3.5.1. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.5.1.1. Não será destinada cota de 25% conforme art. 48, III, na referida norma, tendo em vista que o fracionamento de item poderá representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, conforme art. 49, III, do mesmo dispositivo legal.

3.5.1.2. Ressalta-se que os itens que não possuem participação exclusiva, não impede que microempresas e empresas de pequeno porte participem dos itens.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.11.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor **unitário do item**;

5.1.2. Marca e modelo se tiver;

5.1.3. Fabricante se tiver;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo estabelecido na tabela do tópico 1 do Termo de Referência Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1%.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.77 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante.

7.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. **Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.**

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á

com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.18. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado.

7.18.1. O não envio da documentação solicitada implicará na desclassificação da proposta.

7.18.2. Visando a celeridade do julgamento, o vencedor de mais de um item será convocado em apenas um para envio das documentações de todos os que forem solicitados. O não envio implicará na desclassificação para todos os itens vencidos no momento da convocação e aos itens solicitados

7.18.3. O fornecedor melhor classificado em mais de um item poderá ser convocado em um único item para envio de todas as demais documentações.

7.18.3.1. Será especificado pelo Pregoeiro, via chat, os itens que se referem a convocação. Caso não ocorra, presume-se a convocação somente do item solicitado.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por PDF.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail salc.6bec@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida Capitão Ene Garcez, 1037, Mecejana, Boa Vista, Roraima seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC), levando em consideração os horários de expediente desta Administração, que é entre 07:30hrs a 12:00hrs e 13:30hrs a 17:00hrs de segunda a quinta-feira, e entre 07:30hrs a 12:00hrs na sexta-feira, ambos horário local de Boa Vista – RR. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br/.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços.

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

14.11.4. ANEXO IV – Modelo da proposta

14.11.5. ANEXO V – Modelo de declaração de sustentabilidade ambiental

Boa Vista, RR, 01 de dezembro de 2023.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

WAGNER FERNANDES DOS SANTOS – Cel

Ordenador de Despesas do 6º BEC

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(Batalhão Simón Bolívar)

- TERMO DE REFERÊNCIA -
PREGÃO Nº ____/2023
(Processo Administrativo n° 64044.007222/2023-24)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. **AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS PARA BOMBEAMENTO DE ÁGUA POR FONTE SOLAR** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento para atender às necessidades das obras relativas a **bombeamento de água por Fonte Solar**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CatMat	Und	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	KIT BOMBA SUBMERSA ENERGIA SOLAR 3CV ATÉ 30000L/D, PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL.	9117	UND	20	R$ 19.662,86	R$ 393.257,27
Valor Total					**R$ 393.257,27**	

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O apêndice II deste Termo de Referência oferecerá mais detalhamento da descrição do objeto.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. contratações que produzam menor impacto sobre recursos naturais (flora, fauna, solo, água, ar);

4.1.2. contratações que preferenciem materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

4.1.3. contratações com maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

4.1.4. contratações com maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

4.1.5. contratações que viabilizem maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

4.1.6. contratações que usem de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

4.1.7. contratações com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s).

Da exigência de carta de solidariedade:

4.4. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação:

4.5. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.16.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

4.16.2. A subcontratação fica limitada a 30% (trinta).

4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

Garantia da contratação:

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega:

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (vinte) dias corridos**, contados do recebimento da Nota de Empenho ou da Ordem de Fornecimento, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Av. Capitão Ene Garcez, 1037 – Mecejana, 69304-000, Boa Vista/RR – (6º Batalhão de Engenharia de Construção).**

Garantia, manutenção e assistência técnica:

5.4. A garantia será detalhada no apêndice II deste Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente~~,~~ o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto:

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **ATÉ 10 (dez) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **ATÉ 10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **ATÉ 15 (quinze) dias úteis**

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação:

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento:

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento:

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da *Lei Complementar nº 123, de 2006*, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito:

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO.**

Exigências de habilitação:

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

*** Habilitação jurídica**

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

*** Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

*** Qualificação Econômico-Financeira**

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.24. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez) do valor total estimado da parcela pertinente.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

*** Qualificação Técnica**

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.29.1.1. Aptidão Operacional devida que comprove o fornecimento de material de igual característica ou de similaridade descrição, estendendo-se à possibilidade de itens pertencentes ao mesmo conjunto da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.

8.29.1.2. Os prazos DEVERÃO ser compatíveis com o prazo de entrega do material deste processo, conforme definido no item 5.1 deste termo.

8.29.1.3. **NÃO** serão fatores de análise, aspectos quanto à limitação de tempo de emissão e os locais de execução contratual dos atestados apresentados.

8.29.1.4. Serão aceitos atestados emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.29.1.5. Para este processo de compra, DEVERÃO ser disponibilizados, NO MÍNIMO, **1 (um)** atestado de capacidade técnica distintos, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.29.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.29.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R$ 393.257,27 (trezentos e noventa e três mil, duzentos e cinquenta e sete reais e vinte e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1 deste termo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, descentralizados de acordo com o plano de descentralização orçamentário-financeira dos Órgãos de direção setorial, identificados [os recursos] no momento da assinatura do contrato ou do instrumento equivalente.

Boa Vista, RR, 24 de novembro de 2023.

JACKSON FURTADO DE SOUZA - 1º Ten
Engenheiro Eletricista – CREA 041303068-7/D - AM
Adj da Seção Técnica do 6º BEC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(BATALHÃO SIMÓN BOLÍVAR)

DIEx 2-Seç Tec/6º BEC
EB: 64044.007222/2023-24

Boa Vista, RR, 23 de novembro de 2023.

Do Chefe da Seção Técnica
Ao Sr Ordenador de Despesas do 6º BEC
Assunto: Abertura de Processo Licitatório
Anexo: Termo de Referência, Pesquisa de preços, Mapa Comparativo e etc.

1. Objetivando a manutenção e a eficiência da operacionalidade das diversas atividades que o 6º Batalhão de Engenharia de Construção está encarregado, se faz necessário a abertura do presente procedimento licitatório.

2. Nos termos contidos nos Art. 12 e 13 das IG 12-02, solicito providências junto ao Ordenador de Despesas no sentido de aprovar a licitação, na modalidade Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços, que tem por finalidade a **eventual Aquisição de insumos e equipamentos para bombeamento água por fonte solar**, conforme especificado no Termo de Referência.



Estudo Técnico Preliminar 1/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: **64044.007222/2023-24**

2. Descrição da necessidade

O 6° Batalhão de Engenharia de Construção (6º BEC), por conta da necessidade **AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS PARA BOMBEAMENTO DE ÁGUA POR FONTE SOLAR,** faz-se necessário elaborar de um procedimento licitatório visando a efetiva aquisição do objeto mencionado, contribuindo para a atender a execução das atividades sob responsabilidade desta OM Construção.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção Técnica	Tem Antônio

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem:

1. O licitante deverá possuir Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e ser enquadrado como MEs ou EPPs de acordo com as legislações vigentes, nos casos em que a participação for exclusiva a MEs ou EPPs.

2. O licitante deverá ser do ramo da atividade de apoio a qual se destina a contratação.

3. O licitante deverá possuir certificação (profissionalizante ou técnico) válida que o habilite a exercer a atividade a qual se destina a contratação.

4. O licitante deverá estar em dia com as obrigações trabalhistas e previdenciárias.

5. O contrato deverá ser assinado no LOCAL E ENDEREÇO onde serão entregues os objetos.

6. O licitante vencedor será convocado para assinar o contrato num prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação feita pela OM, sendo condição indispensável para sua eficácia a sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos prazos estabelecidos no Art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

7. Caso a notificação não seja atendida pelo licitante vencedor, sem prejuízo de enquadrá-lo nas penalidades legalmente estabelecidas, a OM poderá optar pela convocação dos demais proponentes – rigorosamente dentro da ordem de classificação, para firmar o contrato nos mesmos termos da proposta do licitante vencedor.

8. O licitante vencedor obriga-se a manter durante a vigência do contrato as mesmas condições de habilitação exigidas para participação no certame.

9. Os objetos licitados serão recebidos provisória ou definitivamente nos prazos e parâmetros estabelecidos no Termo de Referência ou no Contrato.

10. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para contratação como requisito para celebração do contrato.

11. O licitante vencedor obriga-se a se responsabilizar por encargos operacionais e logísticos inerentes ao fornecimento dos objetos contratuais (fretes, embalagens, impostos, extravios e/ou danos durante o transporte etc).

5. Levantamento de Mercado

Levantamento de mercado foi estabelecido com base, inicialmente, no universo de fornecedores e fabricantes. Após constatada a elevada disponibilização de variedades e opções, seguiu-se para a análise regional (região norte do país), apurando-se a quantidade de fornecedores, fábricas, compras de outros estabelecimentos públicos, âmbito federal, estadual e municipal, confrontando os valores dos itens nesta região com restante do país. O levantamento também foi feito via lojas on line.

6. Descrição da solução como um todo

Os elementos que compõem a solução da demanda, como um todo, são aqueles intrínsecos ao fornecimento deste objeto contratual, estando sob total responsabilidade da contratada, conforme estabelecido no item 1.10 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

7. Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas

A estimativa das quantidades previstas no Termo de Referência e seus anexos foram levantadas através de 05 (cinco) perspectivas possíveis:

1. Consulta prévia do Sistema de Controle Físico do Exército (SISCOFIS), levantando as possíveis entradas, saídas e movimentações dos materias já adquiridos em exercícios financeiros anteriores cujas características sejam idênticas ou similares a deste mesmo objeto contratual;

2. Consulta a registros físicos dos militares responsáveis pela utilização e emprego desses materiais;

3. Documentos de Análise Pós-Ação (APA) das variadas operações e missões, com foco no quesito "oportunidades de melhorias", em especial a de aquisição desses e outros materiais;

4. Previsão futura de novas demandas desses e outros materiais; e

5. Previsão da necessidade desses insumos, que gerará uma economia significativa para a OM e demais OMs que o 6º BEC apoia.

6. Tal necessidade é destinada a atender a demanda das operações de engenharia que envolve as atividades de **Bombeamento de Água por Fonte Solar**, em frentes de serviços que hoje estão sobre a responsabilidade do **6º Batalhão de Engenharia de Construção e de Unidades Gestoras Participantes.**

8. Estimativa do Valor da Contratação

O custo estimado total da presente contratação é aquele descrito no Item 9.1 do Termo de Referência, previsto também na capa do edital deste procedimento licitatório.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A regra desta licitação não vai ser de parcelamento, tendo em vista que o 6º BEC deverá utilizar este pregão em todo o ano corrido a contar da data de homologação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica ao objeto da contratação sob estudo.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

No que tange ao alinhamento entre Contratação e Planejamento, como previsto no Inc II, §1º, do Art. 18 da lei nº 14.133/2021, o presente procedimento licitatório encontra-se **ALINHADO** com o Plano de Contratações Anuais (PCA) do 6º Batalhão de Engenharia de Construção, do presente exercício financeiro, disponibilizado através do Portal Nacional de

Compras Públicas (PNCP). **Link:** <https://pncp.gov.br/app/pca/00394452000103/2023/259>

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os ganhos proporcionados pela presente contratação são variados, a saber:

12.1 Aumento na capacidade operativa da Seção de Poços;

12.2 Aumentos na capacidade laborativa dos agentes empregados no 6º BEC;

12.3 Melhoramentos das condições de logística para locais de difícil acesso;

12.4 Valorizações da dignidade humana (realizando Bombeamento de Água por Fonte Solar nos PEFs do CMA e nos abrigos da Operação Acolhida);

12.5 Assegurar melhor qualidade nas operações que envolvam bombeamento de água por fonte solar;

12.6 uso de energia limpa, reduzindo a poluição e as taxas de carbono;

12.7 Baixíssima necessidade de manutenção e;

12.8 Sustentabilidade.

13. Providências a Serem Adotadas

Quando analisado o Inc. X, §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021, as providências a serem adotadas são:

1. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado **PODERÁ** subcontratar partes do fornecimento deste objeto contratual no **LIMITE TOTAL de ATÉ 30% (trinta)**, conforme previsto no Art. 122, caput, da Lei nº 14.133/2021;

2. O conteúdo mencionado acima **NÃO** isenta o contratado original das responsabilidades contratuais e legais.

3. O contratado original **DEVERÁ** apresentar à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente, conforme previsto no §1º do Art. 122 da Lei nº 14.133/2021;

4. Conforme consta no Art. 117 da Lei nº 14.133/2021, a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um fiscal de contrato, representante da Administração, especialmente designado;

5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

6. Quanto ao recebimento do objeto contratual, poderá ser recebido provisória ou definitivamente pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização (Item 4), podendo haver a rejeição total ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato;

7. O prazo **MÁXIMO** entre o recebimento provisório e o definitivo (quando for o caso) será de **ATÉ 10 (dez) dias úteis**, a contar da notificação do fiscal de contrato designado;

8. Completado o prazo limite acima, não havendo o recebimento definitivo, o contratado terá o prazo **MÁXIMO** de **ATÉ 03 (três) dias úteis** para retirada dos materiais recebidos provisoriamente;

9. O fiscal de contrato designado deverá possuir conhecimento técnico e a experiência profissional devida para executar as atividades de testes, provas e análise das documentações e informações técnicas dos materiais;

10. A conformidade da execução contratual será verificada com base no estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, embalagem, volume, qualidade etc;

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A empresa que se encontra na qualidade de proponente deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa Nº 01 SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, nos casos em que a referida Instrução se aplica ao objeto deste procedimento licitatório.

14.2 A empresa licitante deverá observar os critérios de Sustentabilidade Ambiental, obrigatoriamente preencher as todas as condições do DECRETO NR 7.746, DE 5 DE JUNHO DE 2012, que regulamenta o Art. 3o da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, ficando sujeito à comprovação das práticas de Sustentabilidade Ambiental e segurança do material fornecido:

14.2.1. Art. 7º O instrumento convocatório poderá prever que o contratado adote práticas de sustentabilidade na execução dos serviços contratados e critérios de sustentabilidade no fornecimento dos bens.

14.2.2. Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

14.2.3. § 1o Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.

14.3 A empresa contratada deverá preencher, assinar e enviar por via correios a declaração de sustentabilidade seguindo modelo anexo no edital.

15.Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Tendo por base as justificativas apresentadas no presente estudo, a fim de atender às demandas logísticas do 6º Batalhão de Engenharia de Construção, esta equipe julga como VIÁVEL a presente contratação. É viável essa contratação pois o 6º BEC, como bem colocado nos itens acima necessita dessa aquisição para manter e instalar novos sistemas de Bombeamento de Água por Fonte Solar nos PEFs do CMA e nos abrigos da Operação Acolhida.

Com essas análises realizadas fica claro que o projeto não é só viável como pode prover um bom retorno financeiro, quando feita a análise ao longo do tempo verifica-se que se tem um “PayBack” de 4,98 anos, e por buscar construções existentes para instalação de módulos fotovoltaicos, demanda menor custo e facilidade na instalação, pouca manutenção, podem ser aproveitadas áreas inutilizadas (telhados de edificações e garagens), e apresenta um mínimo impacto ambiental.

15. Responsáveis

Boa Vista, RR, 24 de novembro de 2023.

JACKSON FURTADO DE SOUZA - 1º Ten
Engenheiro Eletricista – CREA 041303068-7/D - AM
Adj da Seção Técnica do 6º BEC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(BATALHÃO SIMÓN BOLÍVAR)

ANEXO I - Especificações Técnicas Mínimas dos Equipamentos de Energia Fotovoltaica.

ITEM 01: KIT BOMBA SUBMERSA ENERGIA SOLAR 3CV ATÉ 30000L/D, PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL.

1. FINALIDADE

- Definir as características técnicas exigíveis para aquisição, pelo Exército Brasileiro, de KIT BOMBA SUBMERSA A ENERGIA SOLAR 3CV.

2. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	Motor de corrente contínua sem escovas (Ímã permanente)
COMPONENTES DO KIT	8 Painéis Solares > ou = 500Wp 1 Bomba > ou = 3CV 1 controlador (compatível com a bomba e os painéis solares 2 Pares de Conectores MC4 10 Cabo Solar Preto 6mm 1.8kV 10 Metros de Cabo Solar Vermelho 6mm 1.8kV
DADOS TÉCNICOS	Vazão máxima diária: > ou = 16.000 Litros Polegada da bomba: 3" Vazão Mínima: 0,5 a m^3/h para 280 mca; Altura manométrica Máxima: 303MCA
NORMAS E ENSAIOS	Esse equipamento deve possuir conexão compatível com os demais equipamentos deste grupo, e atender as normas de Segurança vigentes.

3. DIVERSOS

a. Documentação

Os seguintes itens, redigidos em língua portuguesa, deverão ser fornecidos:
1) O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, além dos respectivos catálogos, folha de dados ou documentação específica para a comprovação das exigências acima.
2) 01 (um) manual de instrução;
3) 01 (um) manual de manutenção contendo instruções, procedimentos de manutenção e reparação, sequência de operações, ilustrados por fotografias ou desenhos;
4) É obrigatório o fornecimento desses itens também em mídia.

b. Garantia técnica

1) Termo de Garantia concedido por intermédio de certificado, com prazo de garantia técnica mínima de 1 ano, a contar da data do recebimento definitivo (Termo de Recebimento e Exame de Material) emitido

pela contratante, contra defeitos de fabricação, mau funcionamento, decorrentes de desgastes prematuros durante a operação e o emprego do equipamento em condições normais; e

c. Entrega

1) Realizada no local de entrega, a qual deverá ocorrer no período de 30 (trinta) dias corridos.

Boa Vista - RR, 13 de dezembro de 2023.

JACKSON FURTADO DE SOUZA - 1º Ten
Engenheiro Eletricista – CREA 041303068-7/D - AM
Adj da Seção Técnica do 6º BEC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(Batalhão Simón Bolívar)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº ___/2023

O 6º Batalhão de Engenharia de Construção com sede na Avenida Capitão Ene Garcez, 1037, Mecejana, na cidade de Boa Vista, no Estado de Roraima, inscrito no CNPJ sob o nº 07.534.932/0001-63, neste ato representado pelo Sr. Tenente Coronel WAGNER FERNANDES DOS SANTOS, nomeado(a) pela Portaria nº 608, de 21 de julho de 2021, publicada no DOU nº 137, de 22 de julho de 2021, inscrito(a) no CPF nº XXXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ____/2023, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de ___/___/20XX, processo administrativo n.º **64044._____/20XX-__**, RESOLVE registrar os preços da empresa _____ indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual **aquisição xxxxxxxx...** que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante).						
X	Especificação	Marca (se exigida no Edital)	Modelo (se exigido no Edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo de garantia ou validade

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O Órgão Gerenciador será o 6º Batalhão de Engenharia de Construção.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições *estabelecidos no edital; e*

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação,

com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data.

WAGNER FERNANDES DOS SANTOS – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 6º BEC

NOME
Representante legal da empresa fornecedora

MINUTA DO CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(Batalhão Simón Bolívar)

(Processo Administrativo n°.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) ..... E .....

A União, por intermédio do 6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – 6° BEC, com sede na Av. Cap. Ene Garcês, 1037, Bairro Mecejana, na cidade de Boa Vista/Estado RR, CEP 69304000, inscrito no CNPJ sob o nº 07.534.932/0001-63, neste ato representado pelo Ordenador de Despesas WAGNER FERNANDES DOS SANTOS, nomeado pela Portaria nº 608 de 21 de junho de 2021, publicada no BI Nº 141, de 30 de julho de 2021, inscrito no CPF nº XXXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo Nº xxxxxxxxxxxxxxxxx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. xx/xxxx, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Compras – Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O presente Contrato não terá um valor fixo, sendo definido mediante demanda da contratante ao contratado ao longo da vigência do ajuste, conforme os valores registrados na Ata de Registro de Preços.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice nacional de preços ao consumidor amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas; 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Compras – Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.23. Aplica-se as disposições existentes no Termo de Referência e Edital

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021); iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Compras – Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

2. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Compras – Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato poderá, ou será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômicofinanceiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. As questões decorrentes da utilização do presente Instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária do Roraima para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- 2-

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Atualização: maio/2023
Termo de contrato modelo para Pregão Eletrônico – Compras – Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(BATALHÃO SIMÓN BOLÍVAR)

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O objetivo da licitação é o Registro de Preços para eventual **AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS PARA BOMBEAMENTO DE ÁGUA POR FONTE SOLAR,** a fim de atender às necessidades das obras relativas à Geração de Energia Elétrica e Bombeamento de Água por Fonte Solar, em proveito das organizações militares das guarnições de Manaus e Boa Vista.

O 6º Batalhão de Engenharia de Construção, organização militar integrante do 2º Grupamento de Engenharia, é uma unidade militar que tem como objetivo cooperar com o desenvolvimento nacional do país, realizando diversas obras que vão desde o serviço de instalações elétricas residenciais, prediais, transformação e distribuição de energia em baixa e média tensão, até a Geração de Energia Elétrica e Bombeamento de Água por Fonte Solar, contribuindo assim para o bem-estar da sociedade brasileira.

O uso da Água e Energia são Serviços Essenciais indispensáveis para assegurar a satisfação de necessidades básicas e a qualidade de vida na realização das atividades fim desta Organização Militar, sendo de suma importância para iluminação, segurança, refrigeração e uso em diversos equipamentos indispensáveis, como equipamentos de informática, ferramentas, maquinários e bem estar da família militar. Em relação ao aspecto ambiental, a geração de energia elétrica por meio de fontes limpas e renováveis, com sistemas de pequeno porte e próximos da carga a ser suprida, contribui para a redução do impacto local sobre o meio ambiente. Dentre as fontes de energia consideradas limpas e renováveis, a energia fotovoltaica apresenta-se como uma forma viável para suprir parte do consumo de energia elétrica e abastecimento de água das OMs. A questão econômica se apresenta como uma das principais motivações para a referida contratação, com resultados em médio prazo, com o

presente investimento começando a dar retorno a partir do primeiro mês de instalação do sistema

Os Batalhões de Engenharia possuem missões específicas, como por exemplo, implantação de estradas vicinais, construção de instalações, contenção de erosões, pavimentação de estradas, perfuração de poços tubulares, bombeamento água e geração de energia por fonte solar, dentre outros trabalhos de engenharia. Todavia, para o sucesso da missão, aliado à tempestividade e qualidade dos trabalhos, faz-se necessário a aquisição do objeto em tela para atender às necessidades de perfuração de poços tubulares com bombeamento água por fonte solar a cargo do 6º Batalhão Engenharia de Construção.

Justificadamente, portanto, opta-se por realizar a presente licitação, valendo-se do Sistema de Registro de Preços, uma vez que além de atender os fins buscados por esta Administração, e por consequência o interesse público, também, preenchem os requisitos especificados no Art. 1º, Parágrafo Único, da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002.

Valendo-se do Sistema de Registro de Preços, com fulcro no Inc I, do Art. 82, da Lei nº 14.133/2021, tal conjunto de procedimentos auxiliaria no planejamento da fase preliminar que, por conta das especificações desta licitação e, por consequente, do seu objeto, se tornaria a solução mais eficiente quando se trata da imprevisibilidade exata do quantitativo a ser demandado por esta Administração.

Boa Vista, RR, 24 de novembro de 2023.



Er **AM**

A
SEÇÃO DE AQUISIÇÕES, LICITAÇÕES E CONTRATOS
6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Ref: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº ____/2023

Prezados Senhores.

Os itens a seguir relacionados estão sendo cotados com vista ao seu fornecimento ao 6º Batalhão de Engenharia de Construção, sediado em Boa Vista, no Estado de Roraima, de acordo com o disposto na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Razão social:		**CNPJ:**
Banco:	**Agência:**	**Conta:**
Praça de pagamento:		**Contato:**
Fone: ( )	**Fax: ( )**	**E-mail:**

Item	Descrição Detalhada	Marca/ Fabricante	Und	Qtd	Valor Un (R$)	Valor Total (R$)

DETALHES DA PROPOSTA
Validade da proposta:
Prazo de entrega do objeto:
Local de entrega:
Declaração: Os preços mantidos na proposta escrita e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de transporte, entrega (frete) e outros de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita contratação do objeto da licitação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente proposta.

xxxxxxxxxxxxxxxxxxx
(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal)
CPF: xxx.xxx.xxx-xx

Dados da Declarante:
Razão Social e
Carimbo do CNPJ

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) do CPF nº _____ e portador do RG nº _____, representante da empresa _____, CNPJ _____ estabelecida no(a) _____ como seu (sua) representante legal para os fins da presente declaração, **DECLARO,** sob as penalidades da Lei, de que tenho atendemos aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente, conforme estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938/1981 e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010, nos casos em que a referida instrução se aplica ao objeto.

_____, em _____ de _____ de 2023

xxxxxxxxxxxxxxxxxxx
(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal)
CPF: xxx.xxx.xxx-xx

Dados da Declarante:
Razão Social e
Carimbo do CNPJ

Estudo Técnico Preliminar 1/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: **64044.007222/2023-24**

2. Descrição da necessidade

O 6° Batalhão de Engenharia de Construção (6º BEC), por conta da necessidade **AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS PARA BOMBEAMENTO DE ÁGUA POR FONTE SOLAR,** faz-se necessário elaborar de um procedimento licitatório visando a efetiva aquisição do objeto mencionado, contribuindo para a atender a execução das atividades sob responsabilidade desta OM Construção.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção Técnica	Maj Talles

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem:

1. O licitante deverá possuir Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e ser enquadrado como MEs ou EPPs de acordo com as legislações vigentes, nos casos em que a participação for exclusiva a MEs ou EPPs.

2. O licitante deverá ser do ramo da atividade de apoio a qual se destina a contratação.

3. O licitante deverá possuir certificação (profissionalizante ou técnico) válida que o habilite a exercer a atividade a qual se destina a contratação.

4. O licitante deverá estar em dia com as obrigações trabalhistas e previdenciárias.

5. O contrato deverá ser assinado no LOCAL E ENDEREÇO onde serão entregues os objetos.

6. O licitante vencedor será convocado para assinar o contrato num prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação feita pela OM, sendo condição indispensável para sua eficácia a sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos prazos estabelecidos no Art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

7. Caso a notificação não seja atendida pelo licitante vencedor, sem prejuízo de enquadrá-lo nas penalidades legalmente estabelecidas, a OM poderá optar pela convocação dos demais proponentes – rigorosamente dentro da ordem de classificação, para firmar o contrato nos mesmos termos da proposta do licitante vencedor.

8. O licitante vencedor obriga-se a manter durante a vigência do contrato as mesmas condições de habilitação exigidas para participação no certame.

9. Os objetos licitados serão recebidos provisória ou definitivamente nos prazos e parâmetros estabelecidos no Termo de Referência ou no Contrato.

10. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para contratação como requisito para celebração do contrato.

11. O licitante vencedor obriga-se a se responsabilizar por encargos operacionais e logísticos inerentes ao fornecimento dos objetos contratuais (fretes, embalagens, impostos, extravios e/ou danos durante o transporte etc).

5. Levantamento de Mercado

Levantamento de mercado foi estabelecido com base, inicialmente, no universo de fornecedores e fabricantes. Após constatada a elevada disponibilização de variedades e opções, seguiu-se para a análise regional (região norte do país), apurando-se a quantidade de fornecedores, fábricas, compras de outros estabelecimentos públicos, âmbito federal, estadual e municipal, confrontando os valores dos itens nesta região com restante do país. O levantamento também foi feito via lojas on line.

6. Descrição da solução como um todo

Os elementos que compõem a solução da demanda, como um todo, são aqueles intrínsecos ao fornecimento deste objeto contratual, estando sob total responsabilidade da contratada, conforme estabelecido no item 1.10 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

7. Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas

A estimativa das quantidades previstas no Termo de Referência e seus anexos foram levantadas através de 05 (cinco) perspectivas possíveis:

1. Consulta prévia do Sistema de Controle Físico do Exército (SISCOFIS), levantando as possíveis entradas, saídas e movimentações dos materias já adquiridos em exercícios financeiros anteriores cujas características sejam idênticas ou similares a deste mesmo objeto contratual;

2. Consulta a registros físicos dos militares responsáveis pela utilização e emprego desses materiais;

3. Documentos de Análise Pós-Ação (APA) das variadas operações e missões, com foco no quesito "oportunidades de melhorias", em especial a de aquisição desses e outros materiais;

4. Previsão futura de novas demandas desses e outros materiais; e

5. Previsão da necessidade desses insumos, que gerará uma economia significativa para a OM e demais OMs que o 6º BEC apoia.

6. Tal necessidade é destinada a atender a demanda das operações de engenharia que envolve as atividades de **Bombeamento de Água por Fonte Solar**, em frentes de serviços que hoje estão sobre a responsabilidade do **6º Batalhão de Engenharia de Construção e de Unidades Gestoras Participantes.**

8. Estimativa do Valor da Contratação

O custo estimado total da presente contratação é aquele descrito no Item 9.1 do Termo de Referência, previsto também na capa do edital deste procedimento licitatório.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A regra desta licitação não vai ser de parcelamento, tendo em vista que o 6º BEC deverá utilizar este pregão em todo o ano corrido a contar da data de homologação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica ao objeto da contratação sob estudo.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

No que tange ao alinhamento entre Contratação e Planejamento, como previsto no Inc II, §1º, do Art. 18 da lei nº 14.133/2021, o presente procedimento licitatório encontra-se **ALINHADO** com o Plano de Contratações Anuais (PCA) do 6º Batalhão de Engenharia de Construção, do presente exercício financeiro, disponibilizado através do Portal Nacional de

Compras Públicas (PNCP). **Link:** <https://pncp.gov.br/app/pca/00394452000103/2023/259>

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os ganhos proporcionados pela presente contratação são variados, a saber:

12.1 Aumento na capacidade operativa da Seção de Poços;

12.2 Aumentos na capacidade laborativa dos agentes empregados no 6º BEC;

12.3 Melhoramentos das condições de logística para locais de difícil acesso;

12.4 Valorizações da dignidade humana (realizando Bombeamento de Água por Fonte Solar nos PEFs do CMA e nos abrigos da Operação Acolhida);

12.5 Assegurar melhor qualidade nas operações que envolvam bombeamento de água por fonte solar;

12.6 uso de energia limpa, reduzindo a poluição e as taxas de carbono;

12.7 Baixíssima necessidade de manutenção e;

12.8 Sustentabilidade.

13. Providências a Serem Adotadas

Quando analisado o Inc. X, §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021, as providências a serem adotadas são:

1. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado **PODERÁ** subcontratar partes do fornecimento deste objeto contratual no **LIMITE TOTAL de ATÉ 30% (trinta)**, conforme previsto no Art. 122, caput, da Lei nº 14.133/2021;

2. O conteúdo mencionado acima **NÃO** isenta o contratado original das responsabilidades contratuais e legais.

3. O contratado original **DEVERÁ** apresentar à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente, conforme previsto no §1º do Art. 122 da Lei nº 14.133/2021;

4. Conforme consta no Art. 117 da Lei nº 14.133/2021, a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um fiscal de contrato, representante da Administração, especialmente designado;

5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

6. Quanto ao recebimento do objeto contratual, poderá ser recebido provisória ou definitivamente pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização (Item 4), podendo haver a rejeição total ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato;

7. O prazo **MÁXIMO** entre o recebimento provisório e o definitivo (quando for o caso) será de **ATÉ 10 (dez) dias úteis**, a contar da notificação do fiscal de contrato designado;

8. Completado o prazo limite acima, não havendo o recebimento definitivo, o contratado terá o prazo **MÁXIMO** de **ATÉ 03 (três) dias úteis** para retirada dos materiais recebidos provisoriamente;

9. O fiscal de contrato designado deverá possuir conhecimento técnico e a experiência profissional devida para executar as atividades de testes, provas e análise das documentações e informações técnicas dos materiais;

10. A conformidade da execução contratual será verificada com base no estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, embalagem, volume, qualidade etc;

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A empresa que se encontra na qualidade de proponente deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa Nº 01 SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, nos casos em que a referida Instrução se aplica ao objeto deste procedimento licitatório.

14.2 A empresa licitante deverá observar os critérios de Sustentabilidade Ambiental, obrigatoriamente preencher as todas as condições do DECRETO NR 7.746, DE 5 DE JUNHO DE 2012, que regulamenta o Art. 3o da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, ficando sujeito à comprovação das práticas de Sustentabilidade Ambiental e segurança do material fornecido:

14.2.1. Art. 7º O instrumento convocatório poderá prever que o contratado adote práticas de sustentabilidade na execução dos serviços contratados e critérios de sustentabilidade no fornecimento dos bens.

14.2.2. Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

14.2.3. § 1o Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.

14.3 A empresa contratada deverá preencher, assinar e enviar por via correios a declaração de sustentabilidade seguindo modelo anexo no edital.

15.Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Tendo por base as justificativas apresentadas no presente estudo, a fim de atender às demandas logísticas do 6º Batalhão de Engenharia de Construção, esta equipe julga como VIÁVEL a presente contratação. É viável essa contratação pois o 6º BEC, como bem colocado nos itens acima necessita dessa aquisição para manter e instalar novos sistemas de Bombeamento de Água por Fonte Solar nos PEFs do CMA e nos abrigos da Operação Acolhida.

Com essas análises realizadas fica claro que o projeto não é só viável como pode prover um bom retorno financeiro, quando feita a análise ao longo do tempo verifica-se que se tem um “PayBack” de 4,98 anos, e por buscar construções existentes para instalação de módulos fotovoltaicos, demanda menor custo e facilidade na instalação, pouca manutenção, podem ser aproveitadas áreas inutilizadas (telhados de edificações e garagens), e apresenta um mínimo impacto ambiental.

15. Responsáveis

Boa Vista, RR, 24 de novembro de 2023.



M

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(Batalhão Simón Bolívar)

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO	
Setor Requisitante: Seção Técnica	
[redacted]	CPF: [redacted]
[redacted]	Telefone [redacted]

1. Justificativa da necessidade da aquisição em epígrafe, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso.

O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para eventual aquisição de insumos e equipamentos a fim de atender às necessidades das obras relativas à Geração de Energia Elétrica e Bombeamento de Água por Fonte Solar, bem como, a manutenção da eficiência e da operacionalidade das frentes de serviços que hoje estão sobre a responsabilidade do 6º Batalhão de Engenharia de Construção, tanto no hemisfério norte, quanto no sul, para atender às demandas internas do Batalhão e presta apoios de engenharia em proveito das organizações militares das guarnições de Manaus e Boa Vista.

2. Levantamento de Mercado.

O levantamento de mercado foi elencado através de fornecedores regionais e nacionais do objeto contratual, levando-se em consideração a localização do 6º BEC, em que quesitos com os fretes e encargos logísticos se acentuam.

3. Descrição da Solução.

A descrição da solução como um todo, abrange a realização de uma licitação que compreende a eventual aquisição de **AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS PARA BOMBEAMENTO DE ÁGUA POR FONTE SOLAR**, com a finalidade de atender as necessidades do 6º Batalhão de Engenharia de Construção, na qual, ao fim do processo licitatório, as empresas vencedoras dos itens propostos, poderão ser acionadas para a entrega dos materiais adquiridos.

Os materiais adquiridos devem seguir rigorosamente as especificações técnicas previstos

no termo de referência deste edital.

A contratada deve:

(1) cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

(2) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

(3) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

(4) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

(5) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

(6) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

4. Estimativas das quantidades a serem contratadas.

Anexado a esta formalização de demanda consta as estimativas das quantidades pedidas de **INSUMOS E EQUIPAMENTOS PARA BOMBEAMENTO DE ÁGUA POR FONTE SOLAR** para atender as necessidades do 6º Batalhão de engenharia que foram solicitadas no biênio 2023/2024.

Esta quantidade se justifica pelas necessidades do 6° BEC.

5. Estimativa de valor da contratação.

O valor estimativo da contratação é aquele definido no Termo de Referência deste processo.

6. Resultados pretendidos.

6.1 aumentar a capacidade operativa da Seção de Poços;

6.2 aumentar a capacidade laborativa dos agentes empregados no 6º BEC;

6.3 melhorar as condições de logística para locais de difícil acesso;

6.4 valorizar a dignidade humana (realizando Bombeamento de Água por Fonte Solar nos PEFs do CMA e nos abrigos da Operação Acolhida);

6.5 assegurar maior qualidade nas operações de perfuração.

7. Conclusão.

O uso da Água e Energia são Serviços Essenciais indispensáveis para assegurar a satisfação de necessidades básicas e a qualidade de vida na realização das atividades fim desta Organização Militar, sendo de suma importância para iluminação, segurança, refrigeração e uso em diversos equipamentos indispensáveis, como equipamentos de informática, ferramentas, maquinários e bem estar da família militar.

A geração de energia elétrica, por fonte solar é eficaz, viável, e confiável, associado ao fato de ser uma fonte limpa e renovável, proporcionando segurança energética as OMs de difícil acesso da Guarnição Boa Vista-RR e das guarnições do Amazonas.

Boa Vista, RR, 24 de novembro de 2023

[redacted]

Er **AM**

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(1ª Cia Esp E Cnst/1967)
BATALHÃO SIMÓN BOLÍVAR

MAPA COMPARATIVO
PREGÃO SRP ____/2023 - UASG 160353
NUP: 64044.007222/2023-24

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO 1	PREÇO 2	PREÇO 3	MÉDIA
1	KIT BOMBA SUBMERSA ENERGIA SOLAR 3CV ATÉ 30000L/D, PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL.	9117	UND	R$ 11.813,17	R$ 34.192,43	R$ 12.982,99	R$ 19.662,86
						TOTAL:	R$ 19.662,86

Item 1	
Preço 1	Proposta ENERGIA TOTAL
Preço 2	Proposta MADEIRA MADEIRA
Preço 3	Proposta NEO SOLAR

Boa Vista, RR, 24 de novembro de 2023

[redacted]AM

1️⃣ Fase Instrutória

Rótulo	PE 39/2023
Prazo	@29 de novembro de 2023
Prioridade	Alta
Status	Executando
Feito?	☐

💡 Trata-se de modelo. Faça as alterações necessárias.

▼ Check-list

- [x] ~~01. Diex Requisitório~~
- [x] ~~02. Justificativa da contratação~~
- ▼ 03. Estudo Técnico Preliminar

  Lei 14.133/21 - Art.18, § 1º

  I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

  II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

  III - requisitos da contratação;

  IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

  V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução

a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos ***I, IV, VI, VIII e XIII*** do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

- [ ] 04. Termo de Referência
  - [ ] Quantitativos mínimos
  - [ ] Especificar como chego as quantidades mínimas e máximas
- [x] ~~05. Designação da Equipe de planejamento~~
- [x] ~~06. Formalização da demanda~~
- [x] ~~07. Justificativa de utilização de parâmetro de pesquisa de preço~~
- [ ] 08. Aprovação do Termo de Referência

- [x] ~~09. Mapa Comparativo~~
- [x] ~~10. Orçamentos do Mapa Comparativo~~
- [x] ~~11. Gerenciamento de Risco~~

💡 As observações abaixo são apenas orientações para garantir a lisura do processo licitatório, não possuindo qualquer efeito vinculativo ao envio das documentações à Seção de Aquisição Licitações e Contratos. No entanto, ressalto que as documentações produzidas pelo requisitante são de sua inteira responsabilidade.

Cb Paiva

✍🏼Observações:

03. Estudo Técnico Preliminar

Art. 18, §1º:

- Não foi ***considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público*** conforme inciso I;
- No levantamento de mercado, não foi analisado as alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, conforme inciso V;
- Na descrição da solução como um todo, não foi observado exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, conforme inciso VII;
- Nas **estimativas das quantidades para a contratação,** não foram **acompanhadas** as **memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala**, conforme inciso IV.
- Na ***estimativa do valor da contratação,*** não foi ***acompanhada dos preços unitários referenciais,*** nem ***das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte***, conforme inciso VI;
- **Na demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual** o link apresentado no Estudo Técnico Preliminar não é suficiente para atestar o alinhamento da contratação com o Planejamento. Sendo,

recomenda-se que seja apresentado o **Id do item no PCA, conforme inciso II;**

- **Conforme IN 73/22 - Art. 3º, o ETP não aborda o critério de julgamento, com relação a demonstração de qualidade técnica.**

04. Termo de Referência

- Não foi apresentado quantitativos mínimos. Quando indicado, deve-se especificar como chego as quantidades mínimas e máximas;
- Nota de rodapé foi removida, não sendo possível verificar o modelo do Termo de Referência;
- Ausência do item 2.2 - Não foi indicado as informações do PCA. O ETP cita a existência da contratação do PCA, no entanto, não foi apresentando do TR;
- Ausência de motivação no item 4.12 conforme exigência do Art. 41, IV da Lei 14.133/21;
- O prazo de garantia do item 5.4. é o do CDC, ou seja, 90 dias a partir da entrega. Em razão da natureza do objeto, recomenda-se um prazo superior a fim de resguarda a administração, mitigando prejuízos;
- Ausência do item 8.2. referente a modalidade de fornecimento do objeto;
- Qualificação Econômico-Financeira - Item 8.22. até o item 8.26. está distinto do modelo atualizado.
- O item 10. Adequação orçamentária, deve ser justificada no art. 17 do decreto 11.462 de 2023, por se tratar de Sistema de Registro de Preço.

09. Mapa Comparativo - Valores discrepantes

EnergiaTotal ENERGIA SOLAR

0

o que procura hoje?

Kit Bomba Solar Ebara - 3BPS2-37 CE 280V 3CV



Disponibilidade: EM ESTOQUE

0 OPINIÕES

R$ 10.103,00

R$ 9.395,79

à vista com desconto
ou **3x** de **R$ 3.367,67** Sem juros
Mais informações

1 COMPRAR

Calcular frete:

69304-000 OK

Forma de Envio:	Valor:	Prazo:
Solistica	**R$ 1.710,17**	Previsto para 03/01/2024
Retirar na loja (Cuiabá)	**FRETE GRÁTIS**	A retirar na loja física em Cuiabá sem custos.

INFO

A bo ssui 3 polegadas e é indicada para captação de ág netro de 4 polegadas. Pode ser usada para abast trial e também para irrigação. O modelo CE possui controlador eletrônico externo.

Controle sua privacidade AdOpt

Nosso site usa cookies para melhorar a navegação.

Política de Privacidade - Termos de uso

Minhas opções Rejeitar Aceitar

Modelo Bomba: 3BPS2-37 CE 2200W

Potencia/Bomba: 2200w

Voltagem: 280v

Polegada: 3"

OBS: Precisará de 8 Painéis: 08 unidade(s) de 335w ou potencia aproximada

COMPONENTES DO KIT

8 Painéis Solares 530W Jinko Bifacial

1 Bomba 3BPS2-37 CE 2200W

2 Conectores MC4 (PAR)

8 Cabo Solar Preto 6mm 1.8kV (MT)

8 Cabo Solar Vermelho 6mm 1.8kV (MT)

APLICAÇÕES:

Captação de água potável em poços com diâmetro de 4.

Abastecimento de residências, chácaras, sítios e indústrias;

Irrigação.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS:

Motor de corrente contínua sem escovas (Ímã permanente)

Economia de energia, produto de alta eficiência, confiabilidade e flexibilidade

Fornecimento eficaz de água para áreas remotas

Sem custos com energia elétrica (rede)

Alta qualidade com vida longa

CARACTERÍSTICAS:

BOMBEADOR

Corpo em aço inox;

Rotores c

Corpo de

MOTOR

Motor su mentação em corrente contínua;

C em

Refrigerado e lubrificado a óleo (grau alimentício);

Controle sua privacidade AdOpt
Nosso site usa cookies para melhorar a navegação.
Política de Privacidade - Termos de uso

DADOS TÉCNICOS

Vazão máxima diária: 16.000 Litros

Polegada da bomba: 3"

Recalque (Saída): 1 pol. (bsp);

Vazão Máxima: 3,2 m³/h para 10 mca;

Vazão Mínima: 0,5 m³/h para 280 mca;

Altura manométrica Máxima: 303MCA

ITENS DISPONÍVEIS PARA VENDA:

Bomba;

Painéis solares;

Suportes, Cabos e Conectores.

Garantia: 01 ano contra defeitos de fabricação.

FICHA TÉCNICA E DOWNLOAD

Código	708
Modelo	3BPS2-37CE
Categoria	Bombeamento Solar Profissional
Marca	Thebe/Ebara
Garantia	1 ano contra defeito de fábrica

FICHA TECNICA

Controle sua privacidade AdOpt

Nosso site usa cookies para melhorar a navegação.

Política de Privacidade - Termos de uso



Sistema de Bombeamento Solar 2CV - até 42.000 Litros Por Dia

R$ 12.829,99
R$ 11.931,89
à vista com desconto
ou **3x** de **R$ 4.276,66** Sem juros



Bomba Solar 3CV Ebara - 3BPS2-37 CE 2200W

R$ 4.065,57
R$ 3.780,98
à vista com desconto
ou **3x** de **R$ 1.355,19** Sem juros



Kit Bomba Solar Ebara - 3BPS2-23 CE 192V 2CV

R$ 7.838,00
R$ 7.289,34
à vista com desconto
ou **3x** de **R$ 2.612,67** Sem juros



Kit Bomba Solar CE 144

R$ 6.
R$ 5.
à vista cor
ou **3x** de **R$ 2.0**

Ver mais produtos
Bombeamento Solar Profissional

PRODUTOS VISITADOS



Kit Bomba Solar Ebara - 3BPS2-37 CE 280V 3CV
R$ 10.103,00
R$ 9.395,79 à vista com desconto
ou **3x** de **R$ 3.367,67** Sem juros

Total de Produtos Visitados
(1) Páginas: 1

CATEGORIAS
INSTIT
ATEND
(65)
(66)
(65)
REDES

Controle sua privacidade AdOpt
Nosso site usa cookies para melhorar a navegação.
Política de Privacidade - Termos de uso

PAGAMENTO

Endereço: Av. Fernando Corrêa da Costa, 4987 - Parque Ohara, Cuiabá - MT, CEP: 78080-300 | (65) 3665-0858 | Todos os direitos reservados ENERGIA TOTAL IND COM EQUIP ENERGIA SOLAR EIRELI 17.586.877/0001-09

Desenvolvido Por

Tecnologia TrayCommerce

Controle sua privacidade AdOpt

Nosso site usa cookies para melhorar a navegação.

Política de Privacidade - Termos de uso

Compre pelo Whatsapp
Televendas 0800 080 0099
Busque tudo para sua casa...



Kit Bomba Submersa Energia Solar Irrigação 3CV Até 48000L/d

Vendido e entregue por Brasmáquinas

ID: 246365421

Compartilhar Adicionar aos favoritos

R$ 32.810,29
à vista no cartão ou Pix
ou R$ 32.810,29 em 10x sem juros

! Apenas 2 unidades em estoque

Mais opções de pagamento

1 unidade Adicionar Comprar

Calcule o frete e o prazo de entrega

Para CEP 69304000 Alterar

ENTREGA NORMAL
Receba até 16 de janeiro R$ 1.382,14

A partir da confirmação do pagamento

Informações do produto

Avaliações

Perguntas e Respostas

*Consulte ofertas participantes e adquira mais informações sobre os fretes na página termos Madeira Madeira

Cookies: A MadeiraMadeira utiliza cookies para personalizar conteúdos e melhorar a sua experiência no site. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade
Concordar e fechar

Compre pelo Whatsapp
Televendas 0800 080 0099

Kit Bomba Submersa Energia Solar Irrigação 3CV Até 76800L/d

R$ 26.999,52
à vista no cartão ou Pix
10x de R$ 2.699,95 sem juros

Kit Bomba Submersa Energia Solar Irrigação 3CV Até 48000L/d

R$ 32.483,04
à vista no cartão ou Pix
10x de R$ 3.248,30 sem juros

Kit Bomba Submersa Energia Solar Irrigação 4CV Até 76800L/d

R$ 31.316,19
à vista no cartão ou Pix
10x de R$ 3.131,61 sem juros

Kit Bomba Submersa Energia Solar Irrigação 3CV Até 48000L/d

R$ 27.091,15
à vista no cartão ou Pix
10x de R$ 2.709,11 sem juros

Kit Bomba Submers Solar Irrigação 4CV A 104000L/d

R$ 31.873,94
à vista no cartão ou Pi
10x de R$ 3.187,39 sem

Você pode gostar

SUPER OFERTA

Bomba Para Piscina Xkp 405 1/3 Cv Lepono - 220V

(2)

R$ 562,94
à vista no cartão ou Pix
10x de R$ 56,29 sem juros

Motobomba B4T 716 6.5HP Branco

(2)

R$ 1.699,90
à vista no cartão ou Pix
10x de R$ 169,99 sem juros

*FRETE GRÁTIS SP CAPITAL

Bomba e Pressurizador TCQ 400 Bivolt Komeco

R$ 1.399,90
à vista no cartão ou Pix
10x de R$ 139,99 sem juros

SUPER OFERTA

Motobomba a Gasolina 1" Polegada Autoescorvante 2T 2,5HP Partida Manual Carbon Fak

~~R$ 682,90~~
R$ 540,31
à vista no cartão ou Pix
10x de R$ 61,39 sem juros

Bomba D'agua Solar Fontes de Água, 19V

R$ 109,00
à vista no cartão ou Pi
10x de R$ 10,90 sem ju

Acompanhe a MadeiraMadeira

Sobre nós

Confiabilidade

Carreira

Cookies: A MadeiraMadeira utiliza cookies para personalizar conteúdos e melhorar a sua experiência no site. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade

Compre pelo Whatsapp
Televendas 0800 080 0099

Atendimento

Responsabilidade Social

Certificados

MadeiraMadeira Comércio Eletrônico S/A. – **CNPJ**10.490.181/0001-35 - **CEP** 80020-320.
Sede administrativa: Rua Marechal Deodoro, nº 717 – Curitiba.

Política de Privacidade
Termos e Condições de Uso

Cookies: A MadeiraMadeira utiliza cookies para personalizar conteúdos e melhorar a sua experiência no site. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade

Compre pelo Whatsapp
Televendas 0800 080 0099

Busque tudo para sua casa...



Kit Bomba Submersa Energia Solar Irrigação 4CV Até 76800L/d

Vendido e entregue por Brasmáquinas

ID: 136375960

Compartilhar Adicionar aos favoritos

R$ 35.529,44

à vista no cartão ou Pix
ou R$ 35.529,44 em 10x sem juros

! Apenas 2 unidades em estoque

Mais opções de pagamento

− 1 +
unidade

Adicionar Comprar

Calcule o frete e o prazo de entrega

Para CEP 69304000 **Alterar**

ENTREGA NORMAL
Receba até 16 de janeiro — **R$ 1.382,14**

A partir da confirmação do pagamento

Informações do produto

Avaliações

Perguntas e Respostas

*Consulte ofertas participantes e adquira mais informações sobre os fretes na página termos Madeira Madeira

Cookies: A MadeiraMadeira utiliza cookies para personalizar conteúdos e melhorar a sua experiência no site. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade

Concordar e fechar

Compre pelo Whatsapp
Televendas 0800 080 0099

Kit Bomba Submersa Energia Solar Irrigação 3CV Até 76800L/d

R$ 26.999,52
à vista no cartão ou Pix
10x de R$ 2.699,95 sem juros

Kit Bomba Submersa Energia Solar Irrigação 3CV Até 48000L/d

R$ 32.483,04
à vista no cartão ou Pix
10x de R$ 3.248,30 sem juros

Kit Bomba Submersa Energia Solar Irrigação 4CV Até 76800L/d

R$ 31.316,19
à vista no cartão ou Pix
10x de R$ 3.131,61 sem juros

Kit Bomba Submersa Energia Solar Irrigação 3CV Até 48000L/d

R$ 27.091,15
à vista no cartão ou Pix
10x de R$ 2.709,11 sem juros

Kit Bomba Submers Solar Irrigação 4CV A 104000L/d

R$ 31.873,94
à vista no cartão ou Pi
10x de R$ 3.187,39 sem

Você pode gostar

SUPER OFERTA

Bomba Para Piscina Xkp 405 1/3 Cv Lepono - 220V

(2)

R$ 562,94
à vista no cartão ou Pix
10x de R$ 56,29 sem juros

Motobomba B4T 716 6.5HP Branco

(2)

R$ 1.699,90
à vista no cartão ou Pix
10x de R$ 169,99 sem juros

*FRETE GRÁTIS SP CAPITAL

Bomba e Pressurizador TCQ 400 Bivolt Komeco

R$ 1.399,90
à vista no cartão ou Pix
10x de R$ 139,99 sem juros

SUPER OFERTA

Motobomba a Gasolina 1" Polegada Autoescorvante 2T 2,5HP Partida Manual Carbon Fak

~~R$ 682,90~~
R$ 540,31
à vista no cartão ou Pix
10x de R$ 61,39 sem juros

Bomba D'agua Solar Fontes de Água, 19V

R$ 109,00
à vista no cartão ou Pi
10x de R$ 10,90 sem ju

Acompanhe a MadeiraMadeira

Sobre nós

Confiabilidade

Carreira

Cookies: A MadeiraMadeira utiliza cookies para personalizar conteúdos e melhorar a sua experiência no site. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade

Compre pelo Whatsapp
Televendas 0800 080 0099

Atendimento

Responsabilidade Social

Certificados

MadeiraMadeira Comércio Eletrônico S/A. – **CNPJ**10.490.181/0001-35 - **CEP** 80020-320.
Sede administrativa: Rua Marechal Deodoro, nº 717 – Curitiba.

Política de Privacidade
Termos e Condições de Uso

Cookies: A MadeiraMadeira utiliza cookies para personalizar conteúdos e melhorar a sua experiência no site. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade

1

- GERAR PDF PARA ORÇAMENTO

EM PROMOÇÃO!

Compartilhar Tweet Pinterest

KIT BOMBEAMENTO SOLAR 3,27KWP 1500W ATÉ 30.000 LITROS DIA

O sistema de bombeamento solar é a solução ideal para locais sem acesso a rede de energia, pois trabalha de forma independente com painéis solares. Um produto garantida, Bombe

Fale conosco pelo WhatsApp

R$ 11.113,20
~~R$ 12.348,00~~ Economize 10%

Pronta Entrega. Envio Imediato

Meios de Pagamento

Até 12 x R$ 926,10 = **R$ 11.113,20** (Sem Juros no Cartão)

10% de Desconto no Boleto ou Pix
Valor com desconto:
R$ 10.001,88

Quantidade

1

ADICIONAR AO CARRINHO

✓ **Pronta Entrega. Envio Imediato**

Fale conosco pelo WhatsApp

DESCRIÇÃO | DETALHES DO PRODUTO

Kit de bombeamento solar para água limpa, poço artesiano, semi artesiano, irrigação ou disponibilização de água para animais, sítios, chácaras, fazendas ou locais onde não há acesso a rede de energia da concessionária.

O melhor custo benefício, fácil instalação, qualquer pessoa instala, o funcionamento é imediato.
A bomba solar submersa Ebara, possui 3 polegadas, é indicada para captação de água limpa em poços com diâmetro de 4 polegadas. Pode ser usada para abastecimento residencial, comercial, sítios, chácaras e fazendas inclusive para irrigação. O modelo CE possui controlador eletrônico externo que proporciona ligamento automático e gerenciamento de tempo de uso.

A Bomba solar modelo CE com controlador externo e 8 estágios.

Componentes do KIT Bombeamento Solar
06 Painel Solar Solar 545W

01 Bomba CI/1500W capacidade de bombear até 30 mil litros por dia

01 Controlador inteligente externo

01 Boia de Nível Anauger

04 Conectores MC4

05M Cabo Solar Preto 6mm 1.8kV

05M Cabo Solar Vermelho 6mm 1.8kV

Dados Técnicos
Vazão máxima diária: Até 30.000 Litros
Altura manométrica considerada: 10MCA
Altura manométrica Máxima: 80MCA
Distância máxima entre a bomba e caixa dágua 56 metros
Bomba Solar com painel solar e drive

Os gerador solar para bombeamento de água, é um sistema ideal para uso em áreas rurais ou remótas, não possui rede da concessionária, é um sistema autônomo, bastando instalar a boia automática de forma simples de automação para quando o reservatório ou caxa dágua estiver cheio o sistema se desligar automaticaernte, ou religar novamente quando o reservatório estiver quase sem água!
Simples de instalar e fácil de usar, é a solução off-grid em bombeamento de água.
*Não inclui tubos e conexões, i

Fale conosco pelo WhatsApp

5 OUTROS PRODUTOS NA MESMA CATEGORIA

EM PROMOÇÃO! -10%

R$ 4.127,76

12x de **R$ 343,98** Sem Juros no Cartão

R$ 3.714,98 à vista
com 10% de desconto Boleto ou Pix

KIT BOMBEAMENTO SOLAR 0,54KWP 270W ATÉ 8.000 LITROS DIA

Pronta Entrega. Envio Imediato

EM PROMOÇÃO!

R$ 3.999,24

12x de **R$ 333,27** Sem Juros no C

R$ 3.599,32 à vista
com 10% de desconto Boleto o

KIT BOMBEAMENTO SO 0,34KWP 250W ATÉ 6480 L DIA

Pronta Entrega. Envio Imedi

Fale conosco pelo WhatsApp

NEWSLETTER

SIGA A SOLLARES

SOLLARES CINESHOP ENERGIA SOLAR

PRODUTOS

NOSSA EMPRESA

SUA CONTA

LOJA

SITE SEGURO

2012-2023 Sollares ® - Cineshop ® - Cineshop Solar ® - Marcas registradas INPI

Fale conosco pelo WhatsApp





Kit Solar p/ Bomba (CA) de 3 CV Trifásica 220V - com Inversor WEG Solar Drive CFW500 - até 4.760 Wp

Cód: WEG4.73CV Informações sobre o produto

Seja o primeiro a avaliar este produto

~~R$11.299,00~~

R$10.279,00

R$ 9.251,10 no **PIX** (10% de desconto)

R$ 9.251,10 à vista no boleto (10% de desconto)

R$ 9.765,05 à vista no cartão (5% de desconto)

10x R$ 1.027,90 sem juros

Parcelado em até 12x ver parcelas

Quantidade:

1 COMPRAR

Envio Imediato

Calcular o frete e o prazo de entrega:

69304-000 CALCULAR

Usamos cookies para personalizar e melhorar sua experiência em nosso site e aprimorar a oferta de anúncios para você. Ao clicar em "Aceito" você concorda com o uso que fazemos dos cookies.

Aceito

Opção	Prazo*	Valor
Econômico 1	25 dias úteis	**R$1.403,84**
Econômico 2	25 dias úteis	**R$1.408,85**
Rápido 1	22 dias úteis	**R$2.703,99**
Econômico 4	29 dias úteis	**R$3.277,92**

*** Atenção: O prazo começa a contar no próximo dia útil após a emissão da Nota Fiscal.**

Compartilhar:

DESCRIÇÃO | INFORMAÇÃO ADICIONAL | DOCUMENTAÇÃO | COMENTÁRIOS

Kit gerador solar para bomba de Corrente Alternada (CA), com:

- Painel Solar Fotovoltaica 280W - OSDA Solar - ODA280-30-P
- Inversor p/ Bomba CA - WEG Solar Drive CFW500 - 3 CV - Trifásico - 220V
- Conector MC4 Par Ind.
- Cabo Solar Lafeber 6,0 mm² Preto
- Stringbox Neosolar 2x1 1000V 25A

Potência Painel	**280 Wp**
Eficiência Painel	**17,21 %**
Material da Placa	**Silício Policristalino**
Nº de Células	**60**
Tipo de Inversor	**Bombeamento**
Corrente de Saída	**10 A**
Tensão de Alimentação	**220 V**

Veja a especificação técnica completa

CONHEÇA OUTROS KITS

> VISÃO GERAL DO KIT GERADOR SOLAR PARA BOMBA CA - DRIVE WEG

> COMPONENTES DO KIT GERADOR SOLAR PARA BOMBA CA

> ESPECIFICAÇÕES DO KIT GERADOR SOLAR PARA BOMBA CA

> APLICAÇÕES

> DOCUMENTO DOS COMPONENTES DO KIT GERADOR SOLAR PARA BOMBA CA - DRIVE WEG

Conheça as vantagens de ser um integrador cadastrado.

Usamos cookies para personalizar e melhorar sua experiência em nosso site e aprimorar a oferta de anúncios para você. Ao clicar em "Aceito" você concorda com o uso que fazemos dos cookies.

ACESSAR

NEWSLETTER

Cadastre seu e-mail e receba nossas ofertas e novidades.

Informe seu email

INSCREVER

PROMOÇÕES

PAINÉIS SOLARES

KIT ENERGIA SOLAR OFF GRID

KIT SOLAR ON GRID

BOMBAS SOLARES

CONTROLADORES DE CARGA

INVERSORES

BATERIAS

CARRO ELÉTRICO

ESTRUTURAS / CABOS / OUTROS

FORMAS DE PAGAMENTO

QUEM SOMOS

COMO COMPRAR

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

POLÍTICA DE PAGAMENTO

PROJETOS E SOLUÇÕES

ENVIOS DE ENCOMENDAS

PRAZOS DE ENTREGA

TROCA, DEVOLUÇÃO E GARANTIA

FORNECEDORES

PRÉ-VENDA

GUIA DE SEGURANÇA

CONTEÚDOS

ACOMPANHE SEU PEDIDO

PRODUTOS DESCONTINUADOS

ENTRE EM CONTATO

Great Place To Work. Certificada Abril2023 - Abril2024 BRASIL

Melhores Empresas Para Trabalhar Energia Great Place To Work. BRASIL 3ºEd.

ESTAMOS ENTRE AS 20 MELHORES EMPRESAS DE ENERGIA PARA SE TRABALHAR!

PELA 3ª VEZ SEGUIDA SOMOS GPTW!

SELO RA 1000 RECLAME AQUI

Nível máximo de excelência no atendimento ao cliente.

EMPRESA INDICADA RA PRÊMIO 2023

Usamos cookies para personalizar e melhorar sua experiência em nosso site e aprimorar a oferta de anúncios para você. Ao clicar em "Aceito" você concorda com o uso que fazemos dos cookies.

SITE SEGURO Google
CLIQUE PARA VERIFICAR

Rua Morgado de Mateus, 516 . 04015-051 . Vila Mariana . São Paulo . SP . Brasil
Telefone (011)4328-5113
WhatsApp (011)99935-4535
NeoSolar Energia Ltda. CNPJ: 12.420.339/0001-26
©NeoSolar - todos os direitos reservados

desenvolvimento 18digital

Usamos cookies para personalizar e melhorar sua experiência em nosso site e aprimorar a oferta de anúncios para você. Ao clicar em "Aceito" você concorda com o uso que fazemos dos cookies.

SOLARPAK

SISTEMA DE BOMBEAMENTO SOLAR



Motobomba acionada pela energia gerada por painéis solares.

Permite também conexão com baterias, gerador ou rede elétrica.

Franklin Electric



O SOLARPAK é um sistema inovador que utiliza a energia solar para o fornecimento de água, ideal para a aplicação em locais onde a rede elétrica não está disponível ou não é confiável.
É uma solução desenvolvida com o know-how da Franklin Electric no bombeamento de águas subterrâneas. Com o SOLARPAK, você tem a seu serviço um sistema robusto, de alta potência, construído com componentes resistentes para atender às exigências de ambientes remotos e hostis.
Nenhum sistema oferece os recursos, benefícios e a confiabilidade do SOLARPAK, que tem a garantia de qualidade da marca Franklin.

APLICAÇÕES

- ☑ Fornecimento de água para o gado
- ☑ Abastecimento de água para fazendas e área rural
- ☑ Sistemas de irrigação / Hidroponia
- ☑ Abastecimento de água a distância
- ☑ Abastecimento de cisternas e tanques

COMPONENTES

- ☑ Bombeador de aço inox 4”
- ☑ Motor encapsulado submerso de 4”
- ☑ Unidade de controle MPPT CC/CA - Partida suave
- ☑ Sensor de fluxo



CARACTERÍSTICAS DO MOTOR

- ☑ Motor submerso 200 V
- ☑ Potência 1.1 kW e 2.2 kW (1,5 cv e 3 cv)
- ☑ Carcaça de aço inoxidável
- ☑ Enrolamentos vedados e encapsulados
- ☑ Lubrificado com água, ideal para sistemas de trabalho pesado
- ☑ Conector do cabo sistema “Water-Bloc” exclusivo da Franklin Electric
- ☑ Inclui supressor de pico

CARACTERÍSTICAS DO BOMBEADOR

- ☑ 5 a 30 estágios - 0,3 m^3/h a 29 m^3/h
- ☑ Com design de estágios flutuantes (Sistema de vedação Tri-Seal™)
- ☑ Carcaça, descarga e guarda cabo de aço inoxidável
- ☑ Bocal de recalque: 1 1/4” (SUB18 a SUB70)
  2” (SUB100 a SUB270)

CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE DE CONTROLE

- ☑ Sistema de alto fluxo, preenchimento rápido do tanque e saída de água
- ☑ NEMA 3 – minimiza o impacto de poeira e suporta jatos de água diretos
- ☑ Entrada AC e DC com interruptor automático para conectar a um gerador de backup
- ☑ O arranque suave previne quanto ao golpe de aríete e aumenta a vida útil do sistema
- ☑ Diagnóstico e proteção integrada
- ☑ RS 485 para telemetria remota
- ☑ MPPT – rastreador para maximizar a eficiência de energia de entrada



PROTEÇÕES

Os produtos SOLARPAK possuem sistema de diagnóstico e proteção interna contra condições potencialmente prejudiciais, tais como:

- ☑ Condições de poço seco
- ☑ Baixa carga
- ☑ Baixa tensão
- ☑ Bomba bloqueada
- ☑ Circuito aberto do motor
- ☑ Curto circuito
- ☑ Superaquecimento da unidade de controle
- ☑ Carga sem fluxo
- ☑ Polaridade inversa

SISTEMAS SOLARPAK

Modelos	Potência		ø Recalque (pol)	Código
	kW	cv		
SUB18-SLS4E30	1.1	1,5	1 1/4	87209385-00
SUB25-SLS4E30	2.2	3	1 1/4	87209386-00
SUB30-SLS4E18	1.1	1,5	1 1/4	87209387-00
SUB30-SLS4E18	2.2	3	1 1/4	87209388-00
SUB45-SLS4E15	1.1	1,5	1 1/4	87209389-00
SUB45-SLS4E15	2.2	3	1 1/4	87209390-00
SUB70-SLS4E10	1.1	1,5	1 1/4	87209391-00
SUB70-SLS4E10	2.2	3	1 1/4	87209392-00
SUB100-SLS4E10	1.1	1,5	2	87209393-00
SUB100-SLS4E10	2.2	3	2	87209394-00
SUB150-SLS4E7	1.1	1,5	2	87209395-00
SUB150-SLS4E7	2.2	3	2	87209396-00
SUB270-SLS4E5	1.1	1,5	2	87209397-00
SUB270-SLS4E5	2.2	3	2	87209398-00

NOMENCLATURA

SUB	18 - SL	S4	E30	1.1 kW

SUB	Submersa
18	Média da vazão: 18 litros/minuto
SL	Solar
S4	S = Bocal de saída, filtro e intermediário de aço inox 4 = Poços com diâmetro interno a partir de 4”
E30	30 Estágios
1.1 kW	Potência do motor: 1.1 kW (1,5 cv)

DIMENSIONAMENTO ON LINE

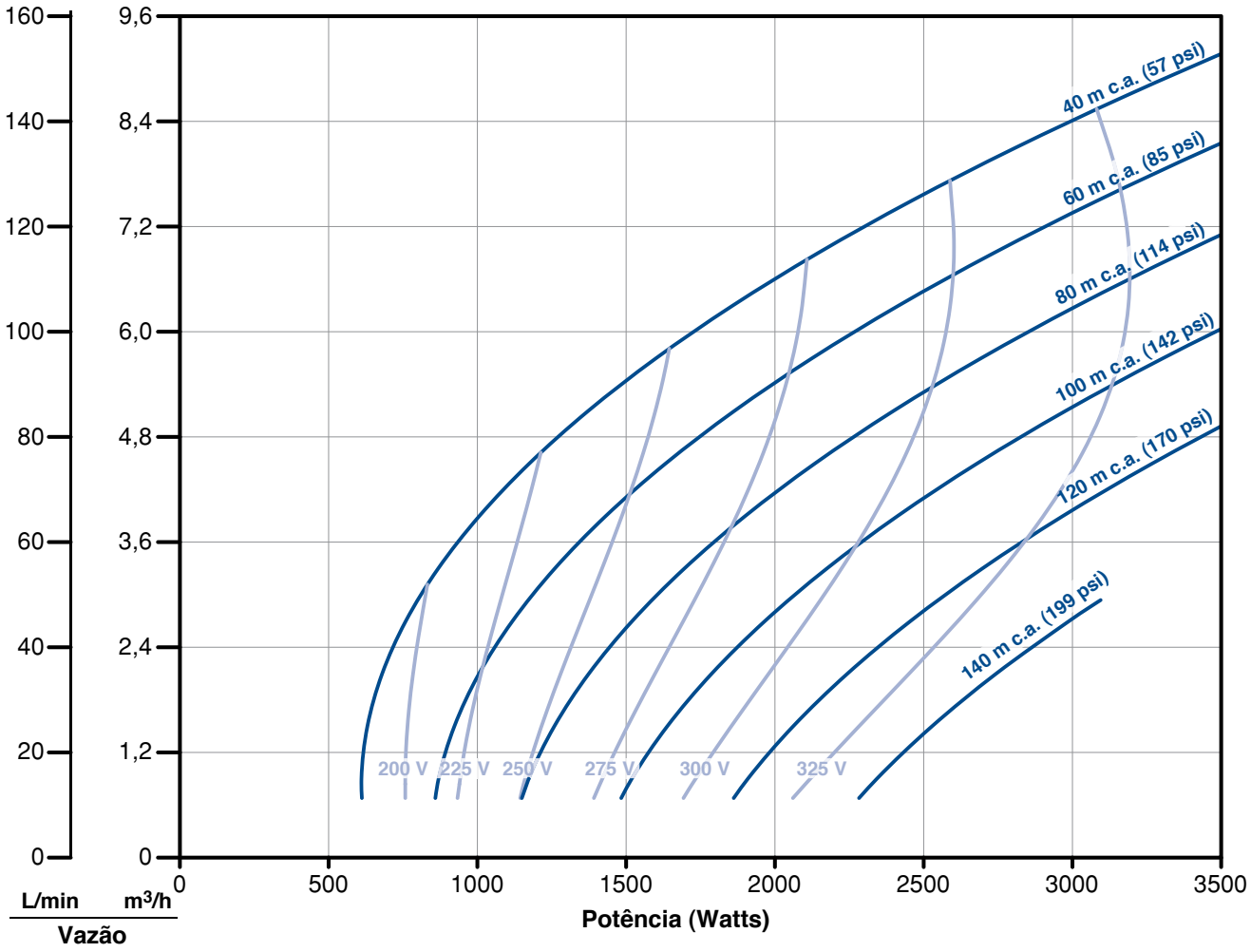
Seleção da motobomba de acordo com os dados da instalação, acesse: solar.franklin-electric.com



DESEMPENHO HIDRÁULICO

70-SLS4 - 2.2 kW

Vazão 0,6 m³/h a 9,0 m³/h - Pressão 40 m c.a. a 140 m c.a. - Motor 2.2 kW



Altura Manométrica (m c.a.))	Potência (W)											
	750	1000	1250	1500	1750	2000	2250	2500	2750	3000	3250	3500
	Vazão (m³/h)											
40	2,70	3,90	4,74	5,46	6,12	6,60	7,08	7,56	7,98	8,40	8,82	9,18
60		2,04	3,24	4,08	4,80	5,46	5,94	6,48	6,96	7,32	7,80	8,16
80			1,44	2,58	3,48	4,20	4,74	5,28	5,82	6,30	6,72	7,08
100				0,78	1,98	2,76	3,48	4,08	4,62	5,16	5,64	6,06
120						1,26	2,10	2,82	3,42	3,96	4,44	4,92
140							0,60	1,44	2,16	2,70		

Para **estimar** a vazão diária, multiplique a vazão em m³/h por 5 (*).

(*) Para definir com maior precisão a vazão em m³/dia, multiplique a vazão em m³/h pelo número de horas de sol pico, tomando como base a latitude e longitude do local onde a motobomba será instalada e o valor de irradiação no mês de referência (kWh/m²/dia).
A irradiação solar pode ser obtida na internet, em sites como http://www.cresesb.cepel.br/sundata/index.php#sundata

Consulte a tabela de especificações da unidade de controle, página 18, para ver os limites de tensão e potência da fonte fotovoltaica.



ESPECIFICAÇÕES DO SISTEMA

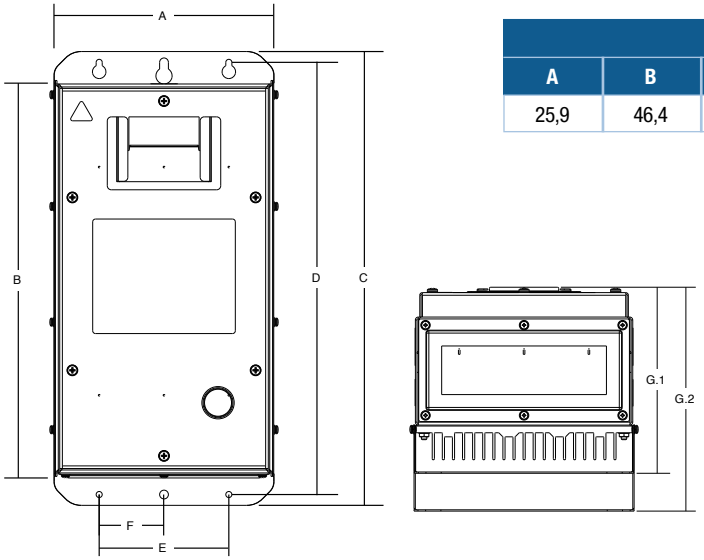
Unidade de Controle

Modelo	1.1 kW (1,5 cv)	2.2 kW (3 cv)
Geral		
Tensão máxima de saída	200 V CA, trifásico	200 V CA, trifásico
Corrente máxima (RMS)	6,8 A, cada fase	12,5 A, cada fase
Frequência na saída	30 - 58 Hz	30 - 68 Hz
Eficiência com potência máxima	96 %	96 %
Fonte FV		
Tensão de entrada em mpp	190 (*) - 330 V CC	190 (*) - 330 V CC
Corrente máxima de entrada	7 A CC	12 A CC
Alimentação em mpp	Até 2000 W	2000 - 3500 W
Condições de operação		
Temperatura	- 25 °C a 50 °C (40 °C, usando o gerador de CA)	- 25 °C a 50 °C (40 °C, usando o gerador de CA)
Umidade relativa do ar	0 % a 100 %, com condensação	0 % a 100 %, com condensação

No caso das instalações que possuem a opção de gerador, seguem as especificações:

Gerador de corrente alternada		
Tensão de entrada	230 V CA, monofásico	230 V CA, monofásico
Corrente máxima (RMS)	16 A	25 A
Capacidade de alimentação em kVA	Consulte o manual de instruções para obter os dados sugeridos para especificação do tamanho do gerador.	

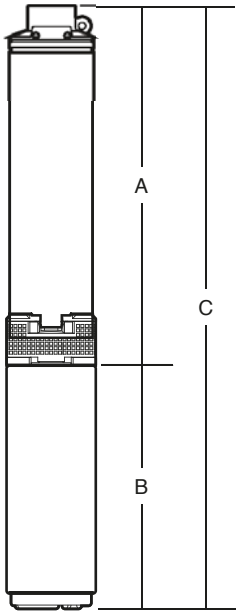
(*) A unidade de controle tentará ligar a motobomba a 190 V CC e tentará continuar operando a 150 V CC.
Entrada máxima de tensão do circuito aberto da unidade de controle é de 410 V CC.
O mínimo recomendado de Vmpp para o conjunto fotovoltaico do sistema é de 225.



Dimensões (cm)							
A	B	C	D	E	F	G.1	G.2
25,9	46,4	53,4	50,8	15,2	7,6	22,1	26,5

Peso (kg)	
1.1 kW (1,5 cv)	2.2 kW (3 cv)
19	22

Motobomba SOLARPAK



Vazão média (litros/minuto)	Potência		Estágios	Dimensões (mm)			ø de Recalque (pol)	Peso (kg)	
	kW	cv		A	B	C		Bombeador	Motobomba
18	1.1	1,5	30	866	298	1164	1 1/4	9	22
30	1.1	1,5	18	642	298	940	1 1/4	7	20
45	1.1	1,5	15	521	298	819	1 1/4	7	20
70	1.1	1,5	10	488	298	786	1 1/4	5	18
100	1.1	1,5	10	508	298	806	2	5	18
150	1.1	1,5	7	593	298	891	2	7	20
270	1.1	1,5	5	575	298	873	2	7	20
25	2.2	3	30	866	408	1274	1 1/4	9	28
30	2.2	3	18	645	408	1053	1 1/4	7	26
45	2.2	3	15	521	408	929	1 1/4	7	26
70	2.2	3	10	488	408	896	1 1/4	5	24
100	2.2	3	10	508	408	916	2	5	24
150	2.2	3	7	593	408	1001	2	7	26
270	2.2	3	5	575	408	983	2	7	26

APRESENTAÇÃO DO PRODUTO / EMBALAGEM



1. Bombeador
2. Motor
3. Unidade de Controle
4. Sensor de Fluxo

As informações poderão sofrer alterações sem prévio aviso, de acordo com a evolução tecnológica.

Franklin Electric

www.franklin–electric.com.br

Franklin Electric Indústria de Motobombas S.A.
Rua Hans Dieter Schmidt, 1501
Zona Industrial Norte - CEP 89219-504
Joinville - SC - Brasil
Fone: 47 3204-5000
vendasjoinville@fele.com

Suporte Técnico
0800 648 0200
atecbrasil@fele.com

solar.franklin-electric.com



FILIAIS:

Rua Olinto Meira, 105
Guanabara - CEP 67010-210
Ananindeua - PA - Brasil
Fone: 91 3234-6466
vendasbelem@fele.com

Rod. BR 153, QD 79, LT 1 a 10, Galpões 1, 2 e 3
Vila Santa - CEP 74912-575
Aparecida de Goiânia - GO - Brasil
Fone: 62 3085-8500
vendasgoiania@fele.com

Av. General David Sarnoff, 2368
Cidade Industrial - CEP 32210-110
Contagem - MG - Brasil
Fone: 31 3362-1603
vendascontagem@fele.com

Rua Matrix, 95 - Lateral Estrada da Capuava, 6817
Moinho Velho - CEP 06714-360
Cotia - SP - Brasil
Fone: 11 4612-6585
vendassaopaulo@fele.com

Rua Francisco Silveira, 140-A
Afogados - CEP 50770-020
Recife - PE - Brasil
Fone: 81 3447-5350
vendasrecife@fele.com

Imagens de caráter ilustrativo.

Outubro/2014

HABILITAÇÃO
PE 00039-2023

MAQTECH
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos que a empresa MOTONORTE MOTORES E MAQUINAS DO NORTE, CNPJ Nº 05.447.263/0001-67, sediada na Rua: Itacoatiara, 418, Cachoeirinha, Manaus-AM, forneceu o bem abaixo discriminado, não ocorrendo nada que a desabone, cumprindo com condições de preço e data de entrega, conforme Nota Fiscal 000030246.

Produtos fornecidos	Quantidade e unidade de medida	Prazo de entrega
BOMBA DE AGUA EM ACO INOX MEDI	10 unidades	Imediato
CALDEIRAO 60L	10 unidade	Imediato
CALDEIRAO 95L	10 unidades	Imediato
GRADE ARADORA 12C/DSC REC 24"	02 unidades	Imediato
PRENSA DE CANA MOD. MS-003 Nº	10unidade	Imediato

Manaus, 19 de setembro de 2023.

[redacted]

CAD. NACIONAL DE PESSOA JU
08 362 374/000
MAQTECH Mot e Assist T
CEP 69005-040 Fone 334
MANAUS AM
Inscrição Estadual: 04.232.2
Inscrição Municipal: 116590-01
Sufram: 200118226

FILIAL: Rua Miranda Leão, 421 – Térreo – Centro – Fone /Fax: (92) 3346-1767 – CEP: 69.005-040 – Manaus – AM

RECEBEMOS DE MOTONORTE MOTORES E MAQUINAS DO NORTE LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO

DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	NF-e N. 000030246 SÉRIE 5

Identificação do emitente

MOTONORTE MOTORES E MAQUINAS DO NORTE LTDA

AV ITACOATIARA, 418
CACHOEIRINHA Cep:69065-090
MANAUS/AM
Fone: 9212180950

DANFE

DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA
0-ENTRADA
1-SAÍDA [1]

N. 000030246
SÉRIE 5
FOLHA 01/01

CHAVE DE ACESSO DA NF-E
1323 0905 4472 6300 0167 5500 5000 0302 4613 7429 3001

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da SEFAZ Autorizada

NATUREZA DA OPERAÇÃO	PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
VENDA DE MERCADORIA	113232542332354 19/09/2023 14:31:34-04:00

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSC.ESTADUAL DO SUBST.TRIB.	CNPJ
041752805		05.447.263/0001-67

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL		CNPJ/CPF		DATA DE EMISSÃO
MAQTECH MOTORES E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME		08.362.374/0001-69		19/09/2023
ENDEREÇO	**BAIRRO/DISTRITO**		**CEP**	**DATA ENTRADA/SAÍDA**
RUA MIRANDA LEAO,421	CENTRO		69005-080	19/09/2023
MUNICÍPIO	**FONE/FAX**	**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA ENTRADA/SAÍDA**
MANAUS	9233461767	AM	042322391	14:30:00

FATURA

001
19/10/2023
123.635,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
60.013,19	12.002,64	0,00	0,00	123.635,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123.635,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 1-DESTINAT.	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇO

COD. PROD	DESCRIÇÃO DO PROD./SERV.	NCM/SH	CST	CFOP	UN	QUANT.	V.UNITÁRIO	V.TOTAL	BC ICMS	V.ICMS	V.IPI	A.ICMS	A.IPI
000029827	BOMBA DE AGUA EM ACO INOX MEDI	84137090	200	5102	PC	10,00	2.148,50	21.485,00	21.485,00	4.297,00	0,00	20.00%	0.00%
000029027	CALDEIRAO 60L	44130000	000	5102	PC	10,00	200,00	2.000,00	2.000,00	400,00	0,00	20.00%	0.00%
000017296	CALDEIRAO 95L	29339132	000	5102	UN	10,00	350,00	3.500,00	3.500,00	700,00	0,00	20.00%	0.00%
000021106	GRADE ARADORA 12C/DSC REC 24"	84322100	020	5102	PC	2,00	40.000,00	80.000,00	24.888,00	4.977,60	0,00	20.00%	0.00%
000019231	PRENSA DE CANA MOD. MS-003 Nº	84383600	000	5102	UN	10,00	1.665,00	16.650,00	8.140,19	1.628,04	0,00	20.00%	0.00%

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
[illegible] VENDEDOR : FRANKLN COND.PAG.: CARTEIRA 1X Redução de base de cálculo conforme convenio ICMS 52/91 Anexo II Protocolo: 113232542332354 Valor Aproximado dos Tributos: R$ 36565.03 (29.57%) Fonte: IBPT.	

powered by TOTVS

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comarca de Manaus

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO

FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

CERTIDÃO Nº: 007300715 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela Internet no site do Tribunal de Justiça.

Pesquisando os registros de distribuição de feitos no sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no período de 20 anos anteriores a data de 08/12/2023, Certificó NADA CONSTAR em nome de:

MOTONORTE MOTORES E MÁQUINAS DO NORTE LTDA, residente na AV. ITACOATIARA, 418, , CACHOEIRINHA, CEP: 69065-090, Manaus - AM, vinculado ao CNPJ: 05.447.263/0001-67. **********

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Manaus, sábado, 9 de dezembro de 2023.

PEDIDO Nº: 0007300715 [redacted]

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MAQTECH MOTORES E ASSISTENCIA TECNICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 08.362.374/0001-69
Certidão nº: 33655189/2023
Expedição: 10/07/2023, às 11:27:55
Validade: 06/01/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MAQTECH MOTORES E ASSISTENCIA TECNICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **08.362.374/0001-69, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - AMAZONAS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - AMAZONAS** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

[redacted]

Confirme a existência deste documento na página https://www3.cfc.org.br/spwAM/ConsultaCadastral/Principal.aspx, mediante número de controle a seguir:

CPF : **950.189.302-25** Controle : **1501.2070.2697.3952**

MOTORES E MÁQUINAS DO NORTE LTDA
Av. Itacoatiara, 418-Cachoeirinha CEP. 69065-090 - Manaus-AM-
CNPJ: 05.447263/0001-67 – I.E. 04.175.280-5 – Fone (92) 2123-0950/ 3622-4522
www.motonorte.com.br
E-mail: grayce@motonorte.com.br

MINISTÉRIO DA DEFESA – EXÉRCITO BRASILEIRO
2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA – 6º BATALHÃO DE ENGENHARIA
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00039-2023 – UASG: 160353

Prezado Senhor:
Temos a grata satisfação de fornecer a v.s.as, preços e condições para o fornecimento dos materiais abaixo descriminados.

Nome de Fantasia: MOTONORTE MOTORES E MÁQUINAS DO NORTE LTDA	
Razão Social: MOTONORTE MOTORES E MÁQUINAS DO NORTE LTDA	
CNPJ: 05.447.263/0001-67	**Optante do Simples: Não**
Endereço: RUA: ITACOATIARA, 418 - CEP: 69.065-090	
Bairro: CACHOEIRINHA	**Cidade: MANAUS**
Telefone: (92) 2123-0950	**Whatsapp: (92) 99613-0388**

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca/ Modelo	Preço	
					Unitário	Total
01	KIT BOMBA SUBMERSA ENERGIA SOLAR 3CV ATÉ 30000L/D, PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL.	UNIDADE	20	SOLAR PAK – SUB70 DE 3CV	R$ 19.395,00	R$ 387.900,00
Valor por extenso (UNITÁRIO): dezenove mil, trezentos e noventa e cinco reais.						
Valor por extenso (TOTAL): trezentos e oitenta e sete mil e novecentos reais.						
				GLOBAL DA PROPOSTA		R$ 387.900,00
Valor por extenso (GLOBAL DA PROPOSTA): trezentos e oitenta e sete mil e novecentos reais.						

Os preços cotados estão inclusos todos os impostos taxas e frete e montagem.
Declaramos que entregaremos os bens com todos os manuais de operação em língua portuguesa, acessórios e periféricos que o integrem, quando for o caso.

Procedência nacional
Declaramos que a garantia é de 12 (doze) meses contra defeito de fabricação.
Declaramos que temos assistência técnica autorizada em Manaus dos produtos cotado
Declaração expressa do licitante de que recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação.
Entrega: 30 (trinta) contados a partir do recebimento da Nota de Empenho. O local da entrega deverá ser na Av. Capitão Ene Garcez, 1037 –Mecejana, 69304-000, Boa Vista/RR –(6º Batalhão de Engenharia de Construção).
Validade da proposta 60 dias.

[redacted]

MANAUS 27 de desemzbro de 2023

MOTORES E MÁQUINAS DO NORTE LTDA
Av. Itacoatiara, 418-Cachoeirinha CEP. 69065-090 - Manaus-AM-
CNPJ: 05.447263/0001-67 – I.E. 04.175.280-5 – Fone (92) 2123-0950/ 3622-4522
www.motonorte.com.br
E-mail: grayce@motonorte.com.br

MINISTÉRIO DA DEFESA – EXÉRCITO BRASILEIRO
2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA – 6º BATALHÃO DE ENGENHARIA
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00039-2023 – UASG: 160353

DECLARAÇÕES

A empresa MOTONORTE MOTORES E MAQUINAS DO NORTE LTDA, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 05447263/0001-67, com sede Av. Itacoatiara nº 418 Cachoeirinha, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) Sr. Wilson de Melo Cavalcante, brasileiro, casado, comerciante, portador da C.I nº 0112363-7 SSP-AM e CPF de nº 001.199.542-49,

Declaramos de que cumprimos com o disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal que trata da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (Art. 27, V, da Lei 8.666/1993);

Declaramos de que não existem em nosso quadro de empregados, servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, na forma do art. 9º, inciso III da Lei 8.666/93;

Declaramos sob as penalidades legais, que não existe fato superveniente e impeditivo a sua habilitação. (Art. 32, § 2o da Lei 8.666/1993).

Declaramos, sob as penas da Lei, de que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros.



MANAUS 27 de desemzbro de 2023

MOTORES E MÁQUINAS DO NORTE LTDA
Av. Itacoatiara, 418-Cachoeirinha CEP. 69065-090 - Manaus-AM-
CNPJ: 05.447263/0001-67 – I.E. 04.175.280-5 – Fone (92) 2123-0950/ 3622-4522
www.motonorte.com.br
E-mail: grayce@motonorte.com.br

MINISTÉRIO DA DEFESA – EXÉRCITO BRASILEIRO
2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA – 6º BATALHÃO DE ENGENHARIA
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00039-2023 – UASG: 160353

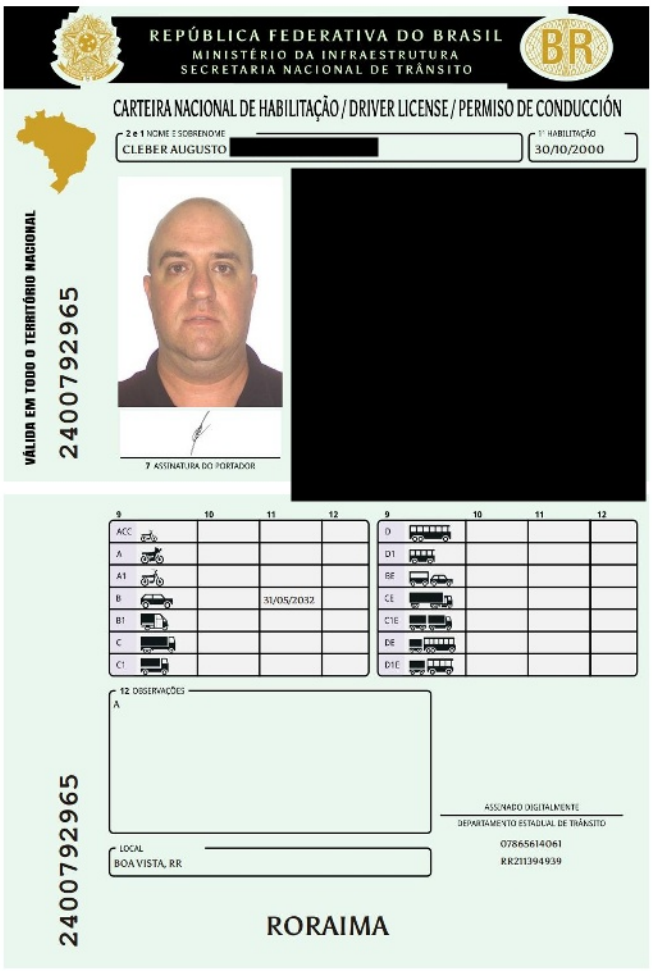
DECLARAÇAO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A empresa MOTONORTE MOTORES E MAQUINAS DO NORTE LTDA, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 05.447.263/0001-67, com sede Av. Itacoatiara nº 418 Cachoeirinha, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) Sr. Wilson de Melo Cavalcante, brasileiro, casado, comerciante, portador da C.I nº 0112363-7 SSP-AM e CPF de nº 001.199.542-49. Declara formalmente que prestará garantia e assistência técnica de todos os materiais ofertados, a qual não será inferior a 12 (doze) meses a contar da entrega do mesmo, e também dará treinamento a qualquer integrante do órgão que assim necessite sem nenhum ônus.

Atenciosamente

[redacted]

MANAUS 27 de desemzbro de 2023



2. e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade: Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA015071396<570<<<<<<<<<<<<
8205144M3205312BRA<<<<<<<<<<<4
CLEBER<<A<LORENZONI<DE<AZEVEDO

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado da Fazenda de Roraima

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
14600008217	2305	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Roraima

Nome: SUNSHINE EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

RRP2200087967

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2211	1	ALTERACAO DE ENDERECO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

BOA VISTA
Local

6 Dezembro 2022
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 550723 em 06/12/2022 da Empresa SUNSHINE EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ 27652563000110 e protocolo 220136980 - 02/12/2022. Autenticação: 63B8D24FDE46BD3180F6CABDCD4CC12C1CF3BB. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 22/013.698-0 e o código de segurança cXOn Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/03/2023 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

MARCOS LINS FILHO
SECRETÁRIO GERAL

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/013.698-0	RRP2200087967	02/12/2022

[redacted]

	Data Assinatura
USTO LORENZONI DE AZEVEDO	06/12/2022

o(s) do gov.br ITI

Junta Comercial do Estado de Roraima

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 550723 em 06/12/2022 da Empresa SUNSHINE EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ 27652563000110 e protocolo 220136980 - 02/12/2022. Autenticação: 63B8D24FDE46BD3180F6CABDCD4CC12C1CF3BB. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 22/013.698-0 e o código de segurança cXOn Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/03/2023 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

QUINTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA SUNSHINE EMPREENDIMENTOS EIRELI- EPP

CNPJ: 27.652.563/0001-10

CLEBER AUGUSTO LORENZONI DE AZEVEDO, nacionalidade brasileira, casado regime de bens Comunhão Universal,empresario portador do RG nº [redacted] nascido em 14/05/1982, residente na av Luiz Canuto Chaves nº 1926 bairro Paraviana- Cep: 69.307-053 Boa Vista-RR, titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada- Eireli, denominada **SUNSHINE EMPREENDIMENTOS EIRELI-EPP**, com expressão fantasia **SUNSHINE EMPREENDIMENTOS,** inscrita no CNPJ: 27.652.563/0001-10, com sede em Boa Vista-RR, na Rua Moises de Souza Cruz nº 106- sala 01 Bairro Paraviana Boa Vista- RR – CEP: 69.307-260 com seu Ato Constitutivo Devidamente Registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de Roraima- cob o numero 14600008217, em sessão de 04/05/2017, resolve promover a quarta alteração das cláusulas do Ato Constitutivo, em conformidade com a Lei 10.406/02- Código Civil Brasileiro, como segue:

Cláusula Primeira: ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO
O endereço passar a ser na Rua Nordeste nº 72 - Bairro Equatorial Cep: 69.317-382
Boa Vista- RR

Cláusula Segunda: Alteração Dos Objetos Sociais
Comercio atacadista de equipamentos para produção de energia eletrica
Comercio atacadista de bombas e compressores
Comercio atacadista de tintas vernizes / Comercio atacadista de material de construção
Comercio atacadista de Bandeiras/ Comercio varejista de equip suprimentos de informatica
Comercio varejista de eletrodomesticos e equipamentos de áudio e video
Comercio varejista de produtos saneantes domissanitários
Comercio varejista de embalagens / Impresão de material
Comercio atacadista de produtos alimenticios
Comercio atacadista de café torrado, moido e solúvel
Representantes comerciais e agentes do comercio de mercadorias
Impressão de livros, revistas publicações periódicas
Impressão de material para uso publicitário / Impressos para fins publicitarios banners
Manutenção e reparação de maquinas e equipamentos
Construção de edifícios / Obras de Irrigação / Instalação e manutenção eletrica
Comercio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados
Comercio por atacado de caminhões novos e usados
Representantes comerciais e agentes do comercio de produtos alimentícios, bebidas e fumo
Representantes comerciais e agentes do com de medicamentos cosméticos e produtos de Perfumaria/ Comercio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas
Comercio atacadista de alimentos para animais / Comercio atacadista de leite e laticínios
Comercio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados
Comercio atacadista de farinhas,amidos e féculas
Comercio atacadista de frutas, verduras, raízes tubérculos e legumes frescos
Comercio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados
Comercio atacadista de aves abatidas e derivados /Comercio atacadista de pescados e frutos do mar
Comercio atacadista de água mineral / Comercio atacadista de açucar
Comercio atacadista de cerveja, chope e refrigerantes
Comercio atacadista de paes, bolos, biscoitos /Comercio atacadista de produtos alimentícios
Comercio atacadista de massas alimentícias / Comercio atacadista de tecidos
Comercio atacadista de chocolates, confeitos balas, bombons
Comercio atacadista de artigos de cama, mesa e banho
Comercio atacadista de artigos de armarinho /Comercio atacadista de calçados
Comercio atacadista de artigos de vestuário e acessórios de profissional de segurança
Comercio atacadista de artigos de roupas e acessórios de profissional de segurança do trabalho
Comercio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 550723 em 06/12/2022 da Empresa SUNSHINE EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ 27652563000110 e protocolo 220136980 - 02/12/2022. Autenticação: 63B8D24FDE46BD3180F6CABDCD4CC12C1CF3BB. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 22/013.698-0 e o código de segurança cXOn Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/03/2023 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

Comercio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário
Comercio atacadista de instrumentos e matérias para uso cirúrgico hospitalar e de laboratorios
Comercio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
Comercio atacadista de produtos de higiene pessoal
Comercio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
Comercio atacadista de livros, jornais e publicações
Comercio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e domestico
Comercio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e domésticos
Comercio atacadista de bicicleta, triciclos e veículos recreativos
Comercio atacadista de moveis e artigos de colchoaria
Comercio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
Comercio atacadista de equipamentos e artigos de uso pessoal
Comercio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação
Comercio atacadista de maquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário
Comercio atacadista de maquinas equipamentos para terraplenagem mineração e construção
Comercio atacadista de maquinas aparelhos para uso odonto-logico- medico hospitalar
Comercio atacadista de maquinas e equipamentos elétricos
Comercio atacadista de ferragens e ferramentas / Comercio atacadista de embalagens
Comercio atacadista de material elétrico / Comercio atacadista de matérias de construção
Comercio atacadista de defensivos agrícolas adubos e corretivos do solo
Comercio atacadista de mercadorias de produtos alimentícios
Comercio atacadista de mercadorias de insumo agropecuários
Comercio atacadista de bombas e compressores; partes e peças
Comercio varejista de produtos saneantes domissanitarios
Comercio de transporte de passageiros- locação de automóveis com condutor
Fornecimento de alimentos preparados para empresas
Serviços de alimentação para eventos e recepções –bufe
Produção de filmes para publicidade / Agenciamento de espaços para publicidade
Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
Suporte técnico, manutenção e serviços em tecnologia da informação
Portais de provedores de conteúdo serviços de informática na internet
Agencias de noticias / Agencia de publicidade
Atividades de consultoria em gestão empresarial / Serviço de engenharia
Criação de estandes para feiras e exposições /Pesquisa de mercado e de opinião publica
Atividades de produção de fotografias / Filmagem de festas e eventos
Locação de automóveis sem condutor /Aluguel de maquinas e equipamentos para escritório
Aluguel de palcos coberturas / Atividades de limpeza
Aluguel de maquinas e equipamentos comerciais
Serviços combinados de escritórios e apoio administrativos
Serviços de organização de feiras congressos e festas
Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
Produção musical / Fotocópias / Atividades de sonorização e de iluminação
Produção e promoção de eventos esportivos / Atividades esportivas com eventos esportivos
Reparação e manutenção de computadores equipamentos perifericos

Cláusula Terceira: Alteração das Atividade Economicas:

Atividade Principal - 4669-9/99 Comercio atacadista de outras maquinas e equipamentos não especificados anteriormente

1813-0/01-Impressão de material para uso publicitário
1811-3/02-Impressão de livros, revistas e outras publicações periodicas
1813-0/99-Impressão de material para outros usos

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 550723 em 06/12/2022 da Empresa SUNSHINE EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ 27652563000110 e protocolo 220136980 - 02/12/2022. Autenticação: 63B8D24FDE46BD3180F6CABDCD4CC12C1CF3BB. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 22/013.698-0 e o código de segurança cXOn Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/03/2023 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

3314-7/07- Manutenção e reparação de maquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e e comercial
3314-7/10-Manutenção e reparação de maquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriomente
4120-4/00-Construção de edificios
4222-7/02-Obras de irrigação
4321-5/00-Instalação e manutenção eletrica
4511-1/03-Comercio por atacado de automoveis, camionetas e utilitários novos e usados
4511-1/04-Comercio por atacado de caminhoes novos e usados
4619-2/00- Representantes comerciais e agentes do comercio de mercadoriais em geral não especializado
4623-1/06-Comercio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas
4623-1/09-Comercio atacadista de aliemntos para animais
4631-1/00-Comercio atacadista de leite e laticinios
4632-0/01-Comercio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados
4632-0/02-Comercio atacadista de farinhas, amidos e feculas
4633-8/01-Comercio atacadista de frutas, verduras, raizes, tubercules, hortaliças e legumes frescos
4634-6/01-Comercio atacadista de carnes bovinas e suinas derivados
4634-6/02-Comercio atacadista de aves abatidas e derivados
4634-6/03-Comercio atacadista de pescados e frutos do mar
4635-4/01-Comercio atacadista de agua mineral
4635-4/02-Comercio atacadista de cerveja, chope e refrigerante
4637-1/01-Comercio atacadista de café torrado, moido e solúvel
4637-1/02-Comercio atacadista de açucar
4637-1/04-Comercio atacadista de paes, bolos, biscoitos e similares
4637-1/05-Comercio atacadista de massas alimenticias
4637-1/07-Comercio atacadista de chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes
4637-1/99-Comercio atacadista especializado em outros produtos alimenticios não especificados anteriormente
4639-7/01-Comercio atacadista de produtos alimenticios em geral
4641-9/01-Comercio atacadista de tecidos
4641-9/02-Comercio atacadista de artigos de cama, mesa e banho
4641-9/03-Comercio atacadista de artigos de armarinho
4642-7/01-Comercio atacadista de artigos do vestuario e acessorios, exceto profissionais e de segurança
4642-7/02-Comercio atacadista de roupas e acessorios para uso profissional e de segurança do trabalho
4643-5/01-Comercio atacadista de calçados
4644-3/01-Comercio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano
4644-3/02-Comercio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinario
4645-1/01-Comercio atacadista de instrumentos e materiais para uso medico, cirurgico, hospitalar e de laboratorios
4646-0/01-Comercio atacadista de cosmeticos e produtos de perfumaria
4646-0/02-Comercio atacadista de produtos de higiene pessoal
4647-8/01-Comercio atacadista de artigos de escritorios e de papelaria
4647-8/02-Comercio atacadista de livros, jornais e outras publicações
4649-4/01-Comercio atacadista de equipamentos eletricos de uso pessoal e domesticos
4649-4/02-Comercio atacadista de aprelhos eletronicos de usos pessoal e domesticos
4649-4/03-Comercio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veiculos recreativos
4649-4/04-Comercio atacadista de moveis e artigos de colchoaria
4649-4/08-Comercio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
4649-4/99-Comercio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e domesticos não especificados anteriormente
4652-4/00-Comercio atacadista de componentes eletronicos e equipamentos de telefonia e comunicação
4661-3/00-Comercio atacadista de maquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuario
4662-1/00-Comercio atacadista de maquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção
4664-8/00-Comercio atacadista de maquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-medico- hospitalar
4665-6/00-Comercio atacadista de maquinas e equipamentos para uso comercial
4669-9/01- Comercio atacadista de bombas e compressores; partes e peças
4672-9/00- Comércio atacadista de ferragens e ferramentas
4673-7/00- Comercio atacadista de material elétrico
4679-6/01- Comercio atacadista de tintas, vernizes e similares
4679-6/04- Comercio atacadista especializado em materiais de construção não especificados anteriormente.
4679-6/99- Comercio atacadista de materiais de construção em geral

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 550723 em 06/12/2022 da Empresa SUNSHINE EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ 27652563000110 e protocolo 220136980 - 02/12/2022. Autenticação: 63B8D24FDE46BD3180F6CABDCD4CC12C1CF3BB. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 22/013.698-0 e o código de segurança cXOn Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/03/2023 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

4683-4/00-Comercio atacadista de defensivo agricolas, adubos, fertilizantes corretivos do solo
4686-9/02-Comercio atacadista de embalagens
4689-3/99- Comercio atacadista especializado em outros produtos intermediarios não especificados anteriormente
4691-5/00-Comercio atacadista de mercadorias em geral, com predominancia de produtos alimenticios
4692-3/00-Comercio atacadista de mercadorias em geral, com predominancia de insumos agropecuarios
4751-2/01-Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informatica
4753-9/00-Comercio varejista especializado de eletrodomesticos e equipamentos de áudio e video
4789-0/99-Comercio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
4789-0/05-Comercio varejista de produtos saneantes domissanitários
4923-0/02-Serviço de transporte de passageiros- locação de automoveis com motorista
5620-1/01- Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas
5620-1/02-Serviços de alimentação para eventos e recepçoes bufe
5911-1/02-Produção de filmes para publicidade
6202-3/00-Desenvolvimento e licenciamento de programas de computadores customizaveis
6209-1/00-Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
6319-4/00-Portais, provedores de conteudo e outros serviços de informação na internet
6391-7/00-Agências de noticias
7020-4/00-Atividades de consultoria em gestão empresarial exceto consultoria especifica
7112-0/00-Serviços de engenharia
7311-4/00-Agencias de publicidades
7312-2/00-Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veiculos de comunicação
7319-0/01-Criação de estandes para feiras e exposições
7320-3/00-Pesquisa de mercado e de opinião publica
7420-0/01-Atividades de produção de fotografias, exceto aerea e submarina
7420-0/04-Filmagem de festas e eventos
7711-0/00-Locação de automoveis sem condutor
7733-1/00-Aluguel de maquinas e equipamentos para escritorio
7739-0/03-Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporario, exceto andaimes
7739-9/99-Aluguel de outras maquinas equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
8129-0/00-Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
8211-3/00-Serviços combinados de escritórios e apoio administrativo
8219-9/01-Fotocopias
8230-0/01-Serviços de organização de feiras, congressos exposições e festas
8599-6/01-Formação de Condutores
9001-9/02-Produção musical
9001-9/06-Atividades de sonorização e de iluminação
9319-1/01-Produção e promoção de eventos esportivos
9319-1/99-Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente
9511-8/00- Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos perifericos

Cláusula Quarta: DO AUMENTO DE CAPITAL: O Capital Social que era de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) passará neste ato para R$ 600,000,00 (seiscentos mil reais) sendo utilizado o valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) originários da conta de lucros acumulados.

Á vista das modificações ora ajustadas, consolidadas, consolida-se o Contrato Social, com a seguinte redação:

Cláusula Primeira: A sociedade gira sob o nome Empresarial de **SUNSHINE EMPREENDIMENTOS EIRELI EPP**, com nome fantasia **SUNSHINE EMPREENDIMENTOS.** Com sede Rua Nordeste nº 72 - Bairro Equatorial Cep: 69.317-382 Boa Vista- RR

Cláusula Segunda: O Capital Social é de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente nacional.

Cláusula Terceira: Alteração Dos Objetos Sociais

Comercio atacadista de equipamentos para produção de energia eletrica
Comercio atacadista de bombas e compressores
Comercio atacadista de tintas vernizes / Comercio atacadista de material de construção

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 550723 em 06/12/2022 da Empresa SUNSHINE EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ 27652563000110 e protocolo 220136980 - 02/12/2022. Autenticação: 63B8D24FDE46BD3180F6CABDCD4CC12C1CF3BB. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 22/013.698-0 e o código de segurança cXOn Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/03/2023 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

Comercio atacadista de Bandeiras/ Comercio varejista de equip suprimentos de informatica
Comercio varejista de eletrodomesticos e equipamentos de áudio e video
Comercio varejista de produtos saneantes domissanitários
Comercio varejista de embalagens / Impresão de material
Comercio atacadista de produtos alimenticios
Comercio atacadista de café torrado, moido e solúvel
Representantes comerciais e agentes do comercio de mercadorias
Impressão de livros, revistas publicações periódicas
Impressão de material para uso publicitário / Impressos para fins publicitarios banners
Manutenção e reparação de maquinas e equipamentos
Construção de edifícios / Obras de Irrigação / Instalação e manutenção eletrica
Comercio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados
Comercio por atacado de caminhões novos e usados
Representantes comerciais e agentes do comercio de produtos alimentícios, bebidas e fumo
Representantes comerciais e agentes do com de medicamentos cosméticos e produtos de
Perfumaria/ Comercio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas
Comercio atacadista de alimentos para animais / Comercio atacadista de leite e laticínios
Comercio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados
Comercio atacadista de farinhas,amidos e féculas
Comercio atacadista de frutas, verduras, raízes tubérculos e legumes frescos
Comercio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados
Comercio atacadista de aves abatidas e derivados /Comercio atacadista de pescados e frutos do mar
Comercio atacadista de água mineral / Comercio atacadista de açucar
Comercio atacadista de cerveja, chope e refrigerantes
Comercio atacadista de paes, bolos, biscoitos /Comercio atacadista de produtos alimentícios
Comercio atacadista de massas alimentícias / Comercio atacadista de tecidos
Comercio atacadista de chocolates, confeitos balas, bombons
Comercio atacadista de artigos de cama, mesa e banho
Comercio atacadista de artigos de armarinho /Comercio atacadista de calçados
Comercio atacadista de artigos de vestuário e acessórios de profissional de segurança
Comercio atacadista de artigos de roupas e acessórios de profissional de segurança do trabalho
Comercio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano
Comercio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário
Comercio atacadista de instrumentos e matérias para uso cirúrgico hospitalar e de laboratorios
Comercio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
Comercio atacadista de produtos de higiene pessoal
Comercio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
Comercio atacadista de livros, jornais e publicações
Comercio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e domestico
Comercio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e domésticos
Comercio atacadista de bicicleta, triciclos e veículos recreativos
Comercio atacadista de moveis e artigos de colchoaria
Comercio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
Comercio atacadista de equipamentos e artigos de uso pessoal
Comercio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação
Comercio atacadista de maquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário
Comercio atacadista de maquinas equipamentos para terraplenagem mineração e construção
Comercio atacadista de maquinas aparelhos para uso odonto-logico- medico hospitalar
Comercio atacadista de maquinas e equipamentos elétricos
Comercio atacadista de ferragens e ferramentas / Comercio atacadista de embalagens
Comercio atacadista de material elétrico / Comercio atacadista de matérias de construção
Comercio atacadista de defensivos agrícolas adubos e corretivos do solo
Comercio atacadista de mercadorias de produtos alimentícios
Comercio atacadista de mercadorias de insumo agropecuários

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 550723 em 06/12/2022 da Empresa SUNSHINE EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ 27652563000110 e protocolo 220136980 - 02/12/2022. Autenticação: 63B8D24FDE46BD3180F6CABDCD4CC12C1CF3BB. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 22/013.698-0 e o código de segurança cXOn Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/03/2023 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

Comercio atacadista de bombas e compressores; partes e peças
Comercio varejista de produtos saneantes domissanitarios
Comercio de transporte de passageiros- locação de automóveis com condutor
Fornecimento de alimentos preparados para empresas
Serviços de alimentação para eventos e recepções –bufe
Produção de filmes para publicidade / Agenciamento de espaços para publicidade
Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
Suporte técnico, manutenção e serviços em tecnologia da informação
Portais de provedores de conteúdo serviços de informática na internet
Agencias de noticias / Agencia de publicidade
Atividades de consultoria em gestão empresarial / Serviço de engenharia
Criação de estandes para feiras e exposições /Pesquisa de mercado e de opinião publica
Atividades de produção de fotografias / Filmagem de festas e eventos
Locação de automóveis sem condutor /Aluguel de maquinas e equipamentos para escritório
Aluguel de palcos coberturas / Atividades de limpeza
Aluguel de maquinas e equipamentos comerciais
Serviços combinados de escritórios e apoio administrativos
Serviços de organização de feiras congressos e festas
Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
Produção musical / Fotocópias / Atividades de sonorização e de iluminação
Produção e promoção de eventos esportivos / Atividades esportivas com eventos esportivos
Reparação e manutenção de computadores equipamentos perifericos

Cláusula Quarta: Alteração das Atividade Economicas:

Atividade Principal - 4669-9/99 Comercio atacadista de outras maquinas e equipamentos não especificados anteriormente

1813-0/01-Impressão de material para uso publicitário
1811-3/02-Impressão de livros, revistas e outras publicações periodicas
1813-0/99-Impressão de material para outros usos
3314-7/07-Manutenção e reparação de maquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e e comercial
3314-7/10-Manutenção e reparação de maquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriomente
4120-4/00-Construção de edificios
4222-7/02-Obras de irrigação
4321-5/00-Instalação e manutenção eletrica
4511-1/03-Comercio por atacado de automoveis, camionetas e utilitários novos e usados
4511-1/04-Comercio por atacado de caminhoes novos e usados
4619-2/00- Representantes comerciais e agentes do comercio de mercadoriais em geral não especializado
4623-1/06-Comercio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas
4623-1/09-Comercio atacadista de aliemntos para animais
4631-1/00-Comercio atacadista de leite e laticinios
4632-0/01-Comercio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados
4632-0/02-Comercio atacadista de farinhas, amidos e feculas
4633-8/01-Comercio atacadista de frutas, verduras, raizes, tubercules, hortaliças e legumes frescos
4634-6/01-Comercio atacadista de carnes bovinas e suinas derivados
4634-6/02-Comercio atacadista de aves abatidas e derivados
4634-6/03-Comercio atacadista de pescados e frutos do mar
4635-4/01-Comercio atacadista de agua mineral
4635-4/02-Comercio atacadista de cerveja, chope e refrigerante
4637-1/01-Comercio atacadista de café torrado, moido e solúvel
4637-1/02-Comercio atacadista de açucar
4637-1/04-Comercio atacadista de paes, bolos, biscoitos e similares
4637-1/05-Comercio atacadista de massas alimenticias

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 550723 em 06/12/2022 da Empresa SUNSHINE EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ 27652563000110 e protocolo 220136980 - 02/12/2022. Autenticação: 63B8D24FDE46BD3180F6CABDCD4CC12C1CF3BB. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 22/013.698-0 e o código de segurança cXOn Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/03/2023 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

4637-1/07-Comercio atacadista de chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes
4637-1/99-Comercio atacadista especializado em outros produtos alimenticios não especificados anteriormente
4639-7/01-Comercio atacadista de produtos alimenticios em geral
4641-9/01-Comercio atacadista de tecidos
4641-9/02-Comercio atacadista de artigos de cama, mesa e banho
4641-9/03-Comercio atacadista de artigos de armarinho
4642-7/01-Comercio atacadista de artigos do vestuario e acessorios, exceto profissionais e de segurança
4642-7/02-Comercio atacadista de roupas e acessorios para uso profissional e de segurança do trabalho
4643-5/01-Comercio atacadista de calçados
4644-3/01-Comercio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano
4644-3/02-Comercio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinario
4645-1/01-Comercio atacadista de instrumentos e materiais para uso medico, cirurgico, hospitalar e de laboratorios
4646-0/01-Comercio atacadista de cosmeticos e produtos de perfumaria
4646-0/02-Comercio atacadista de produtos de higiene pessoal
4647-8/01-Comercio atacadista de artigos de escritorios e de papelaria
4647-8/02-Comercio atacadista de livros, jornais e outras publicações
4649-4/01-Comercio atacadista de equipamentos eletricos de uso pessoal e domesticos
4649-4/02-Comercio atacadista de aprelhos eletronicos de usos pessoal e domesticos
4649-4/03-Comercio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veiculos recreativos
4649-4/04-Comercio atacadista de moveis e artigos de colchoaria
4649-4/08-Comercio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
4649-4/99-Comercio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e domesticos não especificados anteriormente
4652-4/00-Comercio atacadista de componentes eletronicos e equipamentos de telefonia e comunicação
4661-3/00-Comercio atacadista de maquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuario
4662-1/00-Comercio atacadista de maquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção
4664-8/00-Comercio atacadista de maquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-medico- hospitalar
4665-6/00-Comercio atacadista de maquinas e equipamentos para uso comercial
4669-9/01- Comercio atacadista de bombas e compressores; partes e peças
4672-9/00- Comércio atacadista de ferragens e ferramentas
4673-7/00- Comercio atacadista de material elétrico
4679-6/01- Comercio atacadista de tintas, vernizes e similares
4679-6/04- Comercio atacadista especializado em materiais de construção não especificados anteriormente.
4679-6/99- Comercio atacadista de materiais de construção em geral
4683-4/00-Comercio atacadista de defensivo agrícolas, adubos, fertilizantes corretivos do solo
4686-9/02-Comercio atacadista de embalagens
4689-3/99- Comercio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente
4691-5/00-Comercio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios
4692-3/00-Comercio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários
4751-2/01-Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
4753-9/00-Comercio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
4789-0/99-Comercio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
4789-0/05-Comercio varejista de produtos saneantes domissanitários
4923-0/02-Serviço de transporte de passageiros- locação de automóveis com motorista
5620-1/01- Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas
5620-1/02-Serviços de alimentação para eventos e recepções bufe
5911-1/02-Produção de filmes para publicidade
6202-3/00-Desenvolvimento e licenciamento de programas de computadores customizaveis
6209-1/00-Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
6319-4/00-Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet
6391-7/00-Agências de noticias
7020-4/00-Atividades de consultoria em gestão empresarial exceto consultoria especifica
7112-0/00-Serviços de engenharia
7311-4/00-Agencias de publicidades
7312-2/00-Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veiculos de comunicação
7319-0/01-Criação de estandes para feiras e exposições
7320-3/00-Pesquisa de mercado e de opinião publica
7420-0/01-Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina
7420-0/04-Filmagem de festas e eventos

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 550723 em 06/12/2022 da Empresa SUNSHINE EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ 27652563000110 e protocolo 220136980 - 02/12/2022. Autenticação: 63B8D24FDE46BD3180F6CABDCD4CC12C1CF3BB. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 22/013.698-0 e o código de segurança cXOn Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/03/2023 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

7711-0/00-Locação de automóveis sem condutor
7733-1/00-Aluguel de maquinas e equipamentos para escritório
7739-0/03-Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
7739-9/99-Aluguel de outras maquinas equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
8129-0/00-Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
8211-3/00-Serviços combinados de escritórios e apoio administrativo
8219-9/01-Fotocopias
8230-0/01-Serviços de organização de feiras, congressos exposições e festas
8599-6/01-Formação de condutores
9001-9/02-Produção musical
9001-9/06-Atividades de sonorização e de iluminação
9319-1/01-Produção e promoção de eventos esportivos
9319-1/99-Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente
9511-8/00- Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos

Cláusula Quinta: Do inicio e prazo de duração:
A Sociedade iniciou suas atividades em 02/05/2017, e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Sexta: A administração da empresa será exercida pelo o seu titular já qualificado acima, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto.

Paragrafo Primeiro – Uso do nome empresarial é vedado em atividade estranhas ao interesse da empresa para assumir obrigações seja em favor do titular ou de terceiros, bem como para onerar ou alienar bens imóveis da empresa, sem autorização do titular

Paragrafo Segundo: O administrador poderá fazer-se representar por procuradores, com ou sem fins específicos.

Cláusula Setima: O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial ou de virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, feita ou suborno, conclusão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade, ou por qualquer outro crime cuja pena vede o exercício da administração de sociedade empresarial.

Cláusula Oitava: A empresa poderá a qualquer tempo, abrir, transferir, e ou fechar filial de qualquer espécie ou outra dependência mediante ato de alteração de ato constitutivo e observadas asdisposições legais.

Cláusula Nona: O titular da empresa declara, sob as penas da lei que não figura como titular de nemhuma outra empresa individual de responsabilidade limitada

Cláusula Decima: Fica eleito o foro de Boa Vista- RR para exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste ato de constituição.

Boa Vista- RR, 30 de Novembro de 2022

Cleber Augusto Lorenzoni de Azevedo
Titular/ Administrador

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 550723 em 06/12/2022 da Empresa SUNSHINE EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ 27652563000110 e protocolo 220136980 - 02/12/2022. Autenticação: 63B8D24FDE46BD3180F6CABDCD4CC12C1CF3BB. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 22/013.698-0 e o código de segurança cXOn Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/03/2023 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/013.698-0	RRP2200087967	02/12/2022

[redacted]

	Data Assinatura
TO LORENZONI DE AZEVEDO	06/12/2022

) do gov.br ITI

Junta Comercial do Estado de Roraima

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 550723 em 06/12/2022 da Empresa SUNSHINE EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ 27652563000110 e protocolo 220136980 - 02/12/2022. Autenticação: 63B8D24FDE46BD3180F6CABDCD4CC12C1CF3BB. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 22/013.698-0 e o código de segurança cXOn Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/03/2023 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO DOCUMENTO PRINCIPAL
REGISTRO DIGITAL

Eu, CLEBER AUGUSTO LORENZONI DE AZEVEDO , BRASILEIRA, CASADO, EMPRESÁRIO, DATA DE NASCIMENTO 14/05/1982, RG Nº 7063917426 SJS-RS, CPF 000.933.740-70, AVENIDA LUIS CANUTO CHAVES, Nº 1926, BAIRRO PARAVIANA, CEP 69307-053, BOA VISTA - RR, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Boa Vista, 06 de dezembro de 2022.

CLEBER AUGUSTO LORENZONI DE AZEVEDO
Assinatura Eletrônica Avançada

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 550723 em 06/12/2022 da Empresa SUNSHINE EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ 27652563000110 e protocolo 220136980 - 02/12/2022. Autenticação: 63B8D24FDE46BD3180F6CABDCD4CC12C1CF3BB. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 22/013.698-0 e o código de segurança cXOn Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/03/2023 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa SUNSHINE EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP, de CNPJ 27.652.563/0001-10 e protocolado sob o número 22/013.698-0 em 02/12/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 550723, em 06/12/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador IGOR PINHO DA SILVA.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, MARCOS DE MEIRA LINS FILHO. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://projetointegrar.jucerr.rr.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

[redacted]

Assinante(s)	
	Data Assinatura
USTO LORENZONI DE AZEVEDO	06/12/2022
o(s) do gov.br ITI	

Assinante(s)	
	Data Assinatura
USTO LORENZONI DE AZEVEDO	06/12/2022
o(s) do gov.br ITI	

Assinante(s)	
	Data Assinatura
STO LORENZONI DE AZEVEDO	06/12/2022
s) do gov.br ITI	

36, Lei 8.934/1994): 06/12/2022

Documento assinado eletronicamente por IGOR PINHO DA SILVA, Servidor(a) Público(a), em 06/12/2022, às 13:15.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucerr informando o número do protocolo 22/013.698-0.

O ato foi assinado digitalmente por :

[redacted]

ssinante(s)
Nome
MARCOS DE MEIRA LINS FILHO

Boa Vista. terça-feira, 06 de dezembro de 2022

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 550723 em 06/12/2022 da Empresa SUNSHINE EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ 27652563000110 e protocolo 220136980 - 02/12/2022. Autenticação: 63B8D24FDE46BD3180F6CABDCD4CC12C1CF3BB. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 22/013.698-0 e o código de segurança cXOn Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/03/2023 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SUNSHINE EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ: 27.652.563/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:41:05 do dia 07/12/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 04/06/2024.
Código de controle da certidão: **83B3.748B.47D4.9924**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado de Roraima
Secretaria de Estado da Fazenda
Departamento da Receita
"Amazônia, patrimônio dos brasileiros"

CERTIDÃO NEGATIVA DE OBRIGAÇÕES E DÉBITOS TRIBUTÁRIOS - CND

CGF/CPF/CNPJ	Nome / Razão Social
24.032500-8	SUNSHINE EMPREENDIMENTOS LTDA

É certificado que não foram identificadas pendências em seu nome relativos a tributos/obrigações administradas pela Secretaria de Estado da Fazenda, apurados conforme Portaria SEFAZ/GAB n° 367/2011 publicada no D.O.E n° 1562 do dia 08/06/2011.

Esta certidão não abrange débitos ainda não processados, ressalva-se pois, o direito de a Fazenda Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

Data de emissão: 19/12/2023 **Validade:** 18/03/2024

A informação do NOME e CNPJ/CPF acima são de resposabilidades do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

A pessoa ou entidade requisitante da certidão é quem está apta a responder se esta é ou não adequada à finalidade a que se destina;

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade, conforme código de Autenticação, podendo a mesma ser verificada no website da Secretaría de Estado da Fazenda - SEFAZ RR, no endereço: https://www.sefaz.rr.gov.br/

Código de Autenticação: 052914

As pessoas ou entidades recebedoras da certidão on-line, deverão como princípio de cautela, não admitir outra página de validação que não seja a da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ RR, e, ainda verificar se os documentos pessoais do portador da certidão condizem com os dados nesta informados;

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Prefeitura Municipal de Boa Vista
Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças
Rua Coronel Pinto, 188
Centro - BOA VISTA - RR CEP: 69301-150
CNPJ: 05.943.030/0001-55

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Número: 007995/2023.E

Nome/Razão Social: **SUNSHINE EMPREENDIMENTOS LTDA**
Nome Fantasia: **SUNSHINE EMPREENDIMENTOS**
Inscrição Municipal: **963636.6** CPF/CNPJ: **27.652.563/0001-10**
Endereço: **RUA NORDESTE, 72**
EQUATORIAL BOA VISTA - RR CEP: 69317-382

RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR QUAISQUER DÉBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS POSTERIORMENTE, É CERTIFICADO QUE, ATÉ A PRESENTE DATA, NÃO CONSTAM DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DO CONTRIBUINTE ACIMA CITADO PARA COM ESTE MUNICÍPIO.

Observação:

****
****
****
****

Esta certidão foi emitida em **10/11/2023** com base no Código Tributário Municipal.

Certidão válida até: **09/01/2024**

Esta certidão abrange somente a Inscrição Municipal acima identificada.

Código de controle desta certidão: **460000904465000004968906000799520231106**

Certidão emitida eletronicamente via internet. A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço eletrônico:
https://boavista.saatri.com.br, Econômico - Certidão Negativa - Verificar Autenticidade

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Impresso em 10/11/2023 às 09:29:16

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 27.652.563/0001-10

Razão Social: SUNSHINE EMPREENDIMENTOS EIRELI EPP

Endereço: AV CARLOS PEREIRA DE MELO 3603 SALA 05 / SANTA TEREZA / BOA VISTA / RR / 69314-142

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:05/12/2023 a 03/01/2024

Certificação Número: 2023120521375275837202

Informação obtida em 08/12/2023 17:22:03

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SUNSHINE EMPREENDIMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 27.652.563/0001-10
Certidão nº: 55189040/2023
Expedição: 09/10/2023, às 07:56:59
Validade: 06/04/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SUNSHINE EMPREENDIMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **27.652.563/0001-10**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Certidão de Distribuição de Ação Concordata e Falências

(Primeira e Segunda Instâncias)

O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima CERTIFICA que, revendo os registros de Certidão de Distribuição de Ação Concordata e Falências, nas comarcas deste Estado, até a presente data, NADA CONSTA contra:

NOME: SUNSHINE EMPREENDIMENTOS LTDA EPP
CPF/CNPJ: 27.652.563/0001-10

OBSERVAÇÕES:
1) Certidão expedida gratuitamente, através da Internet, com base na Portaria Presidencial nº 493, do dia 09 de abril de 2014;
2) A informação do NOME e CNPJ/CPF acima são de responsabilidades do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
3) A pessoa ou entidade requisitante da certidão é quem está apta a responder se esta é ou não adequada à finalidade a que se destina;
4) As pessoas ou entidades recebedoras da certidão on-line, deverão como princípio de cautela, não admitir outra página de validação que não seja a do Tribunal de Justiça de Roraima, e, ainda, verificar se os documentos pessoais do portador da certidão condizem com os dados nesta informados;
5) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no website do TJ-RR, pelo endereço http://www.tjrr.jus.br/index.php/certidao-negativa, informando o número de autenticidade abaixo.
6) A autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 2 (dois)anos após a sua expedição.

Número de Autenticidade: 009142314930
Emitida gratuitamente pela internet em: 21/12/2023 as 06:24
Data da última atualização da base de dados: 25/08/2023 as 08:02
Válida até o dia: 19/02/2024

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado da Fazenda de Roraima

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
14600008217	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Roraima

Nome: SUNSHINE EMPREENDIMENTOS LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

RRE2300015636

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	223			BALANCO

BOA VISTA
Local

4 Maio 2023
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 563417 em 05/05/2023 da Empresa SUNSHINE EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 27652563000110 e protocolo 230064566 - 04/05/2023. Autenticação: 644D713510901CC42B1B83093BD3A6D227C1CA. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/006.456-6 e o código de segurança nIGa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/05/2023 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

MARCOS LINS FILHO
SECRETÁRIO GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RORAIMA

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/006.456-6	RRE2300015636	04/05/2023

[redacted]

ssinante(s)	
Nome	Data Assinatura
CLEBER AUGUSTO LORENZONI DE AZEVEDO	04/05/2023

seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI

Digital

Junta Comercial do Estado de Roraima

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 563417 em 05/05/2023 da Empresa SUNSHINE EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 27652563000110 e protocolo 230064566 - 04/05/2023. Autenticação: 644D713510901CC42B1B83093BD3A6D227C1CA. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/006.456-6 e o código de segurança nIGa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/05/2023 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

Sunshine Empreendimentos Ltda

CNPJ : 27.652.563/0001-10

Balanço Patrimonial em 31/12/2022
Expresso em R$

Nome	Saldo anterior	Saldo atual
ATIVO	904.322,19	2.826.423,49
ATIVO CIRCULANTE	654.380,58	2.231.248,03
DISPONIBILIDADES	646.137,42	1.021.998,03
CAIXA	641.464,44	1.021.982,83
Caixa	641.464,44	1.021.982,83
BANCOS CONTA MOVIMENTO	4.672,98	15,20
Banco do Brasil	4.672,98	15,20
DIREITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	8.243,16	1.209.250,00
CLIENTES NACIONAIS	(0,01)	1.209.250,00
Fundacao de Educacao, Turismo, Esporte E	(0,01)	0,00
Prefeitura Municipal de Boa Vista	0,00	1.209.250,00
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	8.243,17	0,00
Iss a Compensar	8.243,17	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	249.941,61	595.175,46
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	249.941,61	595.175,46
ADIANTAMENTO A PESSOAS LIGADAS	249.941,61	595.175,46
Cleber Augusto Lorezone de Azevedo	249.941,61	595.175,46
PASSIVO	904.322,19	2.826.423,49
PASSIVO CIRCULANTE	82.525,82	897.951,11
FORNECEDORES NACIONAIS	0,00	804.000,00
FORNECEDORES DIVERSOS	0,00	804.000,00
Techfrio Importacao e Comercio Ltda	0,00	804.000,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	82.525,82	93.451,11
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/RECEITAS	48.807,95	68.512,54
Simples Nacional a Pagar	48.807,95	68.512,54
PARCELAMENTO DE TRIBUTOS	33.717,87	24.938,57
Parcelamento - Simples Nacional	21.804,36	19.082,38
Parcelamento PGFN 4321627	6.542,64	0,00
Parcelamento PGFN 5171370	5.370,87	0,00
Parcelamento RELP 6447283	0,00	5.856,19
CONTAS A PAGAR	0,00	500,00
DEMAIS CONTAS A PAGAR	0,00	500,00
Honorários Contábeis a pagar	0,00	500,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	821.796,37	1.928.472,38
CAPITAL	200.000,00	600.000,00
CAPITAL SOCIAL	200.000,00	600.000,00
Capital Social Integralizado	200.000,00	600.000,00
RESERVAS	68.582,86	662.361,16
RESERVAS DE LUCROS	68.582,86	662.361,16
Reserva de Lucros	68.582,86	662.361,16
LUCRO/PREJUÍZOS ACUMULADOS	553.213,51	666.111,22
LUCRO/PREJUÍZOS ACUMULADOS	553.213,51	666.111,22
Lucros Acumulados	269.324,30	0,00
Lucro do Exercicio	283.889,21	666.111,22

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial em 31/12/2022, a vista dos documentos apresentados, cujo Ativo e Passivo importam R$ 2.826.423,49 - (Dois Milhões Oitocentos e Vinte e Seis Mil Quatrocentos e Vinte e Tres Reais e Quarenta e Nove Centavos)

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 563417 em 05/05/2023 da Empresa SUNSHINE EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 27652563000110 e protocolo 230064566 - 04/05/2023. Autenticação: 644D713510901CC42B1B83093BD3A6D227C1CA. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/006.456-6 e o código de segurança nIGa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/05/2023 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

Sunshine Empreendimentos Ltda

CNPJ : 27.652.563/0001-10

Balanço Patrimonial em 31/12/2022
Expresso em R$

- Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas;
- As informações foram extraídas das folhas no 14 a 20 do Livro Diário no 06 registrado na Junta Comercial do Estado de Roraima sob o nº 20006222 em 04 de maio de 2023.
- A Sociedade não possui Conselho Fiscal.
- A Sociedade não possui Auditoria Independente.





Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 563417 em 05/05/2023 da Empresa SUNSHINE EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 27652563000110 e protocolo 230064566 - 04/05/2023. Autenticação: 644D713510901CC42B1B83093BD3A6D227C1CA. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/006.456-6 e o código de segurança nIGa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/05/2023 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

MARCOS LINS FILHO
SECRETÁRIO GERAL

Sunshine Empreendimentos Ltda

CNPJ : 27.652.563/0001-10

Demonstração do Resultado em 31/12/2022

Expresso em R$

Nome	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITAS	341.558,48C	1.517.830,05C
RECEITAS OPERACIONAIS	341.558,48C	1.610.421,76C
RECEITA BRUTA COM VENDAS E SERVIÇOS	341.558,48C	1.610.421,76C
RECEITA COM VENDAS NO PAÍS	10.507,50C	1.278.491,00C
Revenda de Mercadorias a Prazo	10.507,50C	1.278.491,00C
RECEITAS COM SERVIÇOS	331.050,98C	331.930,76C
Serviços Prestados a Prazo	331.050,98C	331.930,76C
DEDUÇÕES DAS RECEITAS C/VENDAS E SERVIÇOS	0,00	92.591,71D
IMPOSTOS S/VENDAS E SERVIÇOS	0,00	92.591,71D
ISQN s/Serviços	0,00	9.386,66D
Simples Nacional S/Vendas e Serviços	0,00	83.205,05D
RECEITA LÍQUIDA	341.558,48C	1.517.830,05C
CUSTOS	0,00	804.233,30D
CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00	804.233,30D
CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00	804.233,30D
Compra de Mercadoria para Revenda	0,00	804.233,30D
RESULTADO BRUTO	341.558,48C	713.596,75C
DESPESAS	57.669,27D	49.320,74D
DESPESAS OPERACIONAIS	761,90D	44.780,00D
DESPESAS GERAIS	761,90D	44.780,00D
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	38.568,50D
Honorários Contábeis	0,00	6.000,00D
Impostos e Taxas	544,40D	0,00
Despesa c/Software	0,00	211,50D
Certificado	217,50D	0,00
DESPESAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS	1.357,08D	3.919,26D
JUROS E DESCONTOS	0,00	1.733,42D
Juros	0,00	1.733,42D
DESPESAS FINANCEIRAS	1.357,08D	2.185,84D
Despesas Bancárias	1.357,08D	2.185,84D
DESPESAS OPERACIONAIS TRIBUTÁRIAS	55.550,29D	621,48D
IMPOSTOS	55.550,29D	621,48D
Impostos e Taxas Diversas	0,00	544,50D
Simples Nacional	14.273,02D	0,00
Impostos e Taxas Estaduais	0,00	76,98D
Parcelamento Simples	41.277,27D	0,00
RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	1.835,21C
JUROS E DESCONTOS OBTIDOS	0,00	1.835,21C
Descontos Obtidos	0,00	1.835,21C
RESULTADO OPERACIONAL	283.889,21C	666.111,22C
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES E IMPOSTOS	283.889,21C	666.111,22C
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	283.889,21C	666.111,22C
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	283.889,21C	666.111,22C
Resultado Líquido do Exercício (Lucro)	283.889,21C	666.111,22C

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 563417 em 05/05/2023 da Empresa SUNSHINE EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 27652563000110 e protocolo 230064566 - 04/05/2023. Autenticação: 644D713510901CC42B1B83093BD3A6D227C1CA. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/006.456-6 e o código de segurança nIGa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/05/2023 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

Sunshine Empreendimentos Ltda

CNPJ : 27.652.563/0001-10

Demonstração do Resultado em 31/12/2022

Expresso em R$

- Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas;
- As informações foram extraídas das folhas no 14 a 20 do Livro Diário no 06 registrado na Junta Comercial do Estado de Roraima sob o nº 20006222 em 04 de maio de 2023.
- A Sociedade não possui Conselho Fiscal.
- A Sociedade não possui Auditoria Independente.





Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 563417 em 05/05/2023 da Empresa SUNSHINE EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 27652563000110 e protocolo 230064566 - 04/05/2023. Autenticação: 644D713510901CC42B1B83093BD3A6D227C1CA. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/006.456-6 e o código de segurança nIGa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/05/2023 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

Liquidez Corrente

Ativo Circ.	R$ 2.231.248,03	= 2,48
Passivo Circ.	R$ 897.951,11	

A empresa possui R$ 2,48 de ativo circulante para cada R$ 1,00 de dívida a curto prazo.

Liquidez Geral

Ativo Circ. (+) Realiz. L/Prazo	R$ 2.826.423,49	= 3,15
Passivo Circulante (+) Passivo Não Circ.	R$ 897.951,11	

A empresa possui R$ 3,15 de ativo circulante e ativo realizável a longo prazo para cada R$ 1,00 de dívida.

Solvência Geral

Ativo	R$ 2.826.423,49	= 3,15
Passivo Circulante (+) Passivo Não Circ.	R$ 897.951,11	

A empresa dispõe de R$ 3,15 de ativo total para cada R$ 1,00 de dívida

- Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas;
- As informações foram extraídas das folhas no 14 a 20 do Livro Diário no 06 registrado na Junta Comercial do Estado de Roraima sob o nº 20006222 em 04 de maio de 2023.
- A Sociedade não possui Conselho Fiscal.
- A Sociedade não possui Auditoria Independente.

Boa Vista, 31 de dezembro de 2022

[redacted] [redacted]

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 563417 em 05/05/2023 da Empresa SUNSHINE EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 27652563000110 e protocolo 230064566 - 04/05/2023. Autenticação: 644D713510901CC42B1B83093BD3A6D227C1CA. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/006.456-6 e o código de segurança nIGa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/05/2023 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RORAIMA

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/006.456-6	RRE2300015636	04/05/2023

[redacted]ante(s)

[redacted]e	Data Assinatura
[redacted]LUCIA DOS SANTOS CARVALHO	04/05/2023

[redacted]inte(s) selo(s) do gov.br ITI

[redacted]l

[redacted]	CLEBER AUGUSTO LORENZONI DE AZEVEDO	04/05/2023

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI

Selo Ouro - Certificado Digital

Junta Comercial do Estado de Roraima

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 563417 em 05/05/2023 da Empresa SUNSHINE EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 27652563000110 e protocolo 230064566 - 04/05/2023. Autenticação: 644D713510901CC42B1B83093BD3A6D227C1CA. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/006.456-6 e o código de segurança nIGa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/05/2023 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO DOCUMENTO PRINCIPAL
REGISTRO DIGITAL

Eu, CLEBER [redacted] BRASILEIRA, CASADO, EMPRESÁRIO, DATA DE NASCIMENTO 14/05/1982, RG Nº [redacted] SJS-RS, CPF [redacted] AVENIDA LUIS CANUTO CHAVES, Nº 1926, BAIRRO PARAVIANA, CEP 69307-053, BOA VISTA - RR, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Boa Vista, 04 de maio de 2023.

CLEBER AUGUSTO LOREZONI DE AZEVEDO
Assinatura Eletrônica Avançada

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 563417 em 05/05/2023 da Empresa SUNSHINE EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 27652563000110 e protocolo 230064566 - 04/05/2023. Autenticação: 644D713510901CC42B1B83093BD3A6D227C1CA. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/006.456-6 e o código de segurança nIGa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/05/2023 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa SUNSHINE EMPREENDIMENTOS LTDA, de CNPJ 27.652.563/0001-10 e protocolado sob o número 23/006.456-6 em 04/05/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 563417, em 05/05/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador IGOR PINHO DA SILVA.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, MARCOS DE MEIRA LINS FILHO. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://projetointegrar.jucerr.rr.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Assinante(s)	
ome	Data Assinatura
LEBER AUGUSTO LORENZONI DE AZEVEDO	04/05/2023
eguinte(s) selo(s) do gov.br ITI	
igital	

Assinante(s)	
ome	Data Assinatura
LEBER AUGUSTO LORENZONI DE AZEVEDO	04/05/2023
eguinte(s) selo(s) do gov.br ITI	
igital	
ARLUCIA DOS SANTOS CARVALHO	04/05/2023
eguinte(s) selo(s) do gov.br ITI	
igital	

incipal

Assinante(s)	
ome	Data Assinatura
LEBER AUGUSTO LOREZONI DE AZEVEDO	04/05/2023
eguinte(s) selo(s) do gov.br ITI	
igital	

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 04/05/2023

SRM

Documento assinado eletronicamente por IGOR PINHO DA SILVA, Servidor(a) Público(a), em 05/05/2023, às 08:11.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucerr informando o número do protocolo 23/006.456-6.

O ato foi assinado digitalmente por :

[redacted]nante(s)
[redacted]ome
[redacted]ARCOS DE MEIRA LINS FILHO

Boa Vista. sexta-feira, 05 de maio de 2023

Junta Comercial do Estado de Roraima
Certifico registro sob o nº 563417 em 05/05/2023 da Empresa SUNSHINE EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 27652563000110 e protocolo 230064566 - 04/05/2023. Autenticação: 644D713510901CC42B1B83093BD3A6D227C1CA. Marcos de Meira Lins Filho - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucerr.rr.gov.br/ e informe nº do protocolo 23/006.456-6 e o código de segurança nIGa Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/05/2023 por Marcos de Meira Lins Filho Secretário-Geral.

PREFEITURA DE
BOA VISTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO
Rua Cecília Brasil, nº 1078 – Centro CEP: 69.301080 – Boa Vista - RR
Telefone: (95) 3623 – 2626

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SMEC, CNPJ nº 05.943.030/0001-55, situada na Rua Cecília Brasil, nº 1078 – Centro, **ATESTA** para os devidos fins de direito que a Empresa **SUNSHINE EMPREENDIMENTOS EIRELI EPP**, estabelecida na Rua Rocha Leal, nº 812, sala 01, Bairro: Centro, Boa Vista/RR, inscrita no CNPJ sob o nº 27.652.563/0001-10, representada pelo seu Sócio Administrador, o Sr. **CLEBER AUGUSTO LORENZONI DE AZEVEDO**, cumpriu fielmente o objeto do **Contrato nº 091/2018/SMEC**, decorrente do Processo nº 271/2018-SMEC, cujo objeto foi a "AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - BOMBAS D'ÁGUA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO".

Registramos que a empresa forneceu a esta Secretaria o objeto citado acima e cumpriu na totalidade com as obrigações contratuais, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Por oportuno, ressaltamos que a referida Empresa solicitou prorrogação de prazo para o cumprimento das entregas dos produtos e substituição de marca destes.

Boa Vista-RR, 05 de setembro de 2019.

ARTHUR HENRIQUE BRANDÃO MACHADO
Secretário Municipal de Educação e Cultura - Interino

Documento assinado eletronicamente por ARTHUR HENRIQUE BRANDÃO MACHADO em 09/09/2019 18:41:30
Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015
VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTE DOCUMENTO EM http://bvcidadao.prefeitura.boavista.br/cadastroUsuarioExterno/verificacao.aspx INFORMANDO O CÓDIGO: 1838932

Prefeitura Municipal de Boa Vista
Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas
Divisão de Orçamento e Finanças

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins de direito e a quem interessar possa, que a empresa **SUNSHINE EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP**, inscrita no **CNPJ: 27.652.563/0001-10**, forneceu para esta Secretaria Municipal 15 kits de irrigação com sistema fotovoltaico incluindo instalação, no valor de R$ 518.250,00 em atendimento ao Pregão Eletrônico n° 136/2022 referente ao Processo nº 7251/2022/SMAAI e Contrato nº 737-SMAAI/SOF/DIVOF/2022.

Atestamos ainda que os compromissos assumidos foram cumpridos satisfatoriamente, no tocante ao prazo e atendimento as cláusulas contratuais, não tendo em nossos registros, nada que desabone tecnicamente e comercialmente a referida empresa.

Boa Vista - RR, 10 de Março de 2023.

ASSINATURA ELETRÔNICA
Guilherme Carneiro Adjuto
Secretário Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas

Avenida Ville Roy nº 6793, Centro, Boa Vista/RR – Contato (95)3212-4170
E-mail: smaai@prefeitura.boavista.br

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: GUILHERME CARNEIRO ADJUTO EM 10/03/2023 11:11:49
CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 114/E DE 02 DE AGOSTO DE 2018 E DECRETO FEDERAL Nº 8539, ART, 7 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015
VERIFIQUE A AUTENCIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://portal.boavista.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 1733F6A7

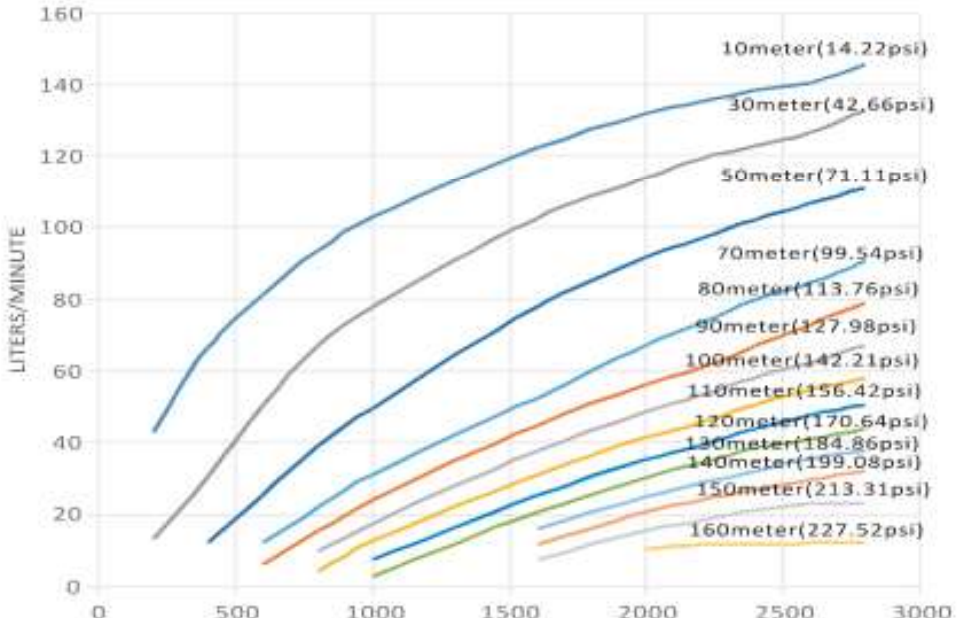
4SP 5-15

MOTOR 3 HP

Flow max.166L/min Head max.165m Max input power3.0 kW

60-380Vmp(60-440VOC), 50/60Hz Motor-(4" *4")-BSP 1.5"

Maximum OD 4"



SUNSHINE EMPREENDIMENTOS LTDA EPP
CNPJ: 27.652.563/0001-10
Rua Nordeste, 72 – Bairro Equatorial - CEP 69.317-382 - Boa Vista - RR
Fone: (95) 99167 8500 - email: sunshinecomercio@gmail.com

PROPOSTA DE PREÇO

Pregão Eletrônico 39/2023 - (Processo Administrativo n° 64044.007222/2023-24
2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

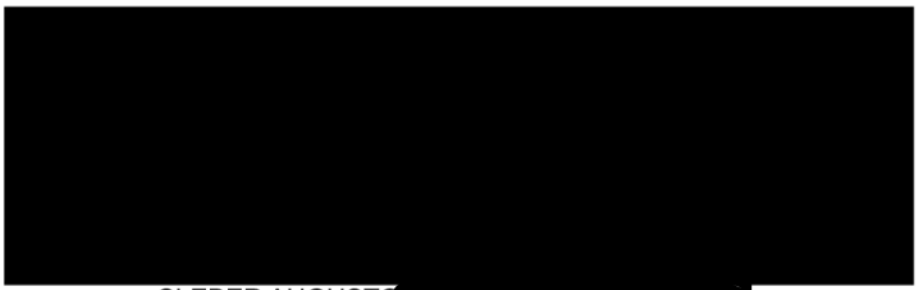
AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS PARA BOMBEAMENTO DE ÁGUA POR FONTE SOLAR

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	KIT BOMBA SUBMERSA ENERGIA SOLAR 3CV ATÉ 30000L/D, PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL.	SAMKING/ 4SP5-15	UND	20	19.500,00	390.000,00
VALOR TOTAL:					(trezentos e noventa mil reais)	R$ 390.000,00

Validade da Proposta: 90 dias

Declaração: Estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de transporte, entrega e outros de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita contratação do objeto da licitação.

Boa Vista(RR) – 27 de dezembro de 2023



CLEBER AUGUST[redacted]
CPF[redacted]